

UFRRJ

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E
SOCIEDADE

DISSERTAÇÃO

**MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS NOS HÁBITOS ALIMENTARES DE
FAMÍLIAS AGRÍCOLAS DE SÃO PEDRO DA SERRA/ NOVA
FRIBURGO/ RJ – PAPÉIS DA PLURIATIVIDADE E DA PRODUÇÃO
PARA AUTOCONSUMO**

FILIPE DA CUNHA MOSQUEIRA

2023



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO,
AGRICULTURA E SOCIEDADE

**MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS NOS HÁBITOS ALIMENTARES DE
FAMÍLIAS AGRÍCOLAS DE SÃO PEDRO DA SERRA/ NOVA
FRIBURGO/ RJ – PAPÉIS DA PLURIATIVIDADE E DA PRODUÇÃO
PARA AUTOCONSUMO**

FILIPE DA CUNHA MOSQUEIRA

Sob a Orientação do Professor

Renato Sérgio Jamil Maluf

Dissertação submetida como requisito
parcial para obtenção do grau de
Mestre em Ciências Sociais no
Programa Pós-Graduação em Ciências
Sociais em Desenvolvimento,
Agricultura e Sociedade.

Rio de Janeiro
Junho de 2021

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA)

FILIPE DA CUNHA MOSQUEIRA

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais.

Dissertação aprovada em 24/04/2023.

Prof. Dr. RENATO SERGIO JAMIL MALUF (CPDA/UFRRJ)
(Orientador)

Prof.^a Dr.^a MARIA JOSE TEIXEIRA CARNEIRO (CPDA/UFRRJ)

Prof.^a Dr.^a SILVIA APARECIDA ZIMMERMANN (UNILA)

Emitido em 25/04/2023

DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS N° 1911/2023 - DeptDAS (12.28.01.00.00.00.84)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 21/05/2023 10:01)

MARIA JOSE TEIXEIRA CARNEIRO
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptDAS (12.28.01.00.00.00.84)
Matrícula: ###61#6

(Assinado digitalmente em 19/05/2023 16:22)

RENATO SERGIO JAMIL MALUF
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptDAS (12.28.01.00.00.00.84)
Matrícula: ###70#4

(Assinado digitalmente em 17/05/2023 12:22)

SILVIA APARECIDA ZIMMERMANN
ASSINANTE EXTERNO
CPF: ####.###.700-##

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrrj.br/documentos/> informando seu número: **1911**, ano: **2023**, tipo: **DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS**, data de emissão: **26/04/2023** e o código de verificação: **d3b6c26563**

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

MM912m Mosqueira, Filipe da Cunha, 1980-
MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS NOS HÁBITOS ALIMENTARES DE
FAMÍLIAS AGRÍCOLAS DE SÃO PEDRO DA SERRA/ NOVA
FRIBURGO/ RJ - PAPEIS DA PLURIATIVIDADE E DA PRODUÇÃO
PARA AUTOCONSUMO / Filipe da Cunha Mosqueira. - Rio
de Janeiro, 2023.
90 f.

Orientador: RENATO SERGIO JAMIL MALUF.
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação de
Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CPDA), 2023.

1. Famílias Agrícolas. 2. Hábito Alimentar. 3.
Transformações no mundo Rural. 4. Pluriatividade. 5.
Produção para Autoconsumo. I. MALUF, RENATO SERGIO
JAMIL, 1953-, orient. II Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação de
Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CPDA) III. Título.

DEDICATÓRIA

Dedico esta dissertação, primeiramente à minha família que é a base de tudo. Desde sempre fui estimulado, dentro dos meus privilégios sociais a estudar, para a partir disso buscar meus objetivos de vida. Meu pai, minha mãe, minha irmã (e meu cunhado), meu irmão, meu sobrinho e minha companheira que acompanham minha trajetória de perto, sempre com muito amor e dedicação. A minha avó e minha tia pela acolhida durante este processo e toda estrutura necessária para me dedicar a esta empreitada. Sem essa base forte com o papel de cada um deles, esta pesquisa não seria possível.

Também não poderia deixar de dedicar esta pesquisa aos agricultores familiares, especialmente os que contribuíram de maneira primordial na produção dos dados aqui utilizados. Além deles, aos agricultores familiares de todo o Brasil que sofrem desde muito tempo as consequências do “desenvolvimento” da sociedade urbano-industrial, tentando, de maneira desigual, se adequar as novas demandas, resistindo e mantendo a comida na nossa mesa. Viva a Agricultura Familiar!

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a minha família, minha base para tudo! As pessoas que dão suporte desde sempre para as minhas realizações e conquistas. Agradeço também aos meus amigos pois sem eles a vida fica chata e isso dificultaria este processo que naturalmente já não é fácil.

Agradeço também de forma especial ao Renato que com sua experiência, paciência e habilidade conseguiu me orientar magnificamente até aqui. Agradeço muito ao Jailton e ao Fernando, pela contribuição riquíssima e pelo tempo despendido com o intuito de fazer esta pesquisa acontecer mesmo com todos os obstáculos que surgiram pelo caminho. Não posso deixar de agradecer a agricultura familiar e todos os agricultores e agricultoras, que engrandecem esse país e são fundamentais na comida existente na mesa de todos os brasileiros.

RESUMO

MOSQUEIRA, Filipe da Cunha. **Mudanças e permanências nos hábitos alimentares de famílias agrícolas de São Pedro da Serra – Nova Friburgo/ RJ – papéis da pluriatividade e da produção para autoconsumo.** 2020. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ. 2020.

O presente trabalho de mestrado tem por objetivo estudar as mudanças e permanências que vêm ocorrendo no hábito alimentar de famílias agrícolas de São Pedro da Serra – Nova Friburgo/ RJ, em um contexto de grandes transformação do meio rural, por influência da cultura urbano-industrial, que no caso é a metrópole do Rio de Janeiro; da modernização da agricultura; e do desenvolvimento da atividade turística. Para entender e buscar identificar tais transformações, serão analisados os papéis da pluriatividade e da produção para autoconsumo na promoção de tais mudanças. Entende-se que tais conceitos, bastante presentes na realidade socioeconômica na agricultura familiar de Nova Friburgo/ RJ (CARNEIRO; ROCHA, 2009), podem ser fatores importantes para promoção de mudança de hábitos, incluindo os ligados à comensalidade. Portanto, fundamentais para indicar a relação da comunidade agrícola de São Pedro da Serra com os alimentos. Os dados que possibilitaram tais análises foram produzidos, majoritariamente por meio da aplicação de um roteiro de entrevista, junto à famílias agrícolas nativas, localizadas principalmente na estrada Manoel Knup, do distrito. Espera-se, ao final desta empreitada, conhecer as influências que as transformações no meio rural de São Pedro da Serra vem causando na comensalidade de famílias agrícolas.

Palavras-chave: Cidade x Campo, Família Agrícola, Hábito Alimentar, Autoconsumo, Pluriatividade.

ABSTRACT

MOSQUEIRA, Filipe da Cunha. **Changes and permanence in the eating habits of agricultural families in the São Pedro da Serra – Nova Friburgo / RJ - roles of pluriactivity and production for self-consumption.** 2020. Dissertation (Master in Development, Agriculture and Society). Institute of Human and Social Sciences, Rural Federal University of Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

The present master's work aims to study the changes and permanences that have been occurring in the eating habits of agricultural families in São Pedro da Serra - Nova Friburgo / RJ, in a context of transformation of the rural environment, due to the influence of urban-industrial culture, which in this case is the metropolis of Rio de Janeiro; the modernization of agriculture; and the development of tourist activity. To understand and seek to identify such transformations, the roles of pluriactivity and production for self-consumption in promoting such changes will be analyzed. It is understood that such concepts, quite present in the socioeconomic reality in family farming in Nova Friburgo/ RJ (CARNEIRO; ROCHA, 2009), may be important factors in promoting change in habits, including those related to commensality. Therefore, fundamental to indicate the relationship of the families studied with the food, providing information and explanations based on the types of food consumed its origin, frequency and history of use. The data that made such analyzes possible were produced, mostly through the application of an interview script, with native agricultural families, located mainly on Manoel Knup road, in the district. It is expected, at the end of this undertaking, to know the influences that urban-industrial culture has been causing in the commensality of agricultural families, identifying, at least in the chosen cut, the main changes in habit, food diversity and the feeling of (in) security food for these families.

Key-words: City x Field, Agricultural Family, Food Habit, Self-consumption, Multi-activity.

LISTA DE FIGURAS E TABELAS

Figura 1 - Esquema de Ploeg sobre agricultura familiar	14
Figura 2 - Mapa das regiões do Estado do Rio de Janeiro, com destaque para Região Serrana.	46
Figura 3 - Mapa de Nova Friburgo e seus oito distritos.....	47
Figura 4 - Mapa de localização das propriedades visitadas e famílias entrevistadas.....	58
Figura 5 - Registro fotográfico das entrevistas.	59
Tabela 1 - Dados gerais dos entrevistados.	58
Tabela 2 - Transformações no meio rural sob a ótica das famílias entrevistadas.	61
Tabela 3 - Pluriatividade entre as famílias entrevistadas.	66
Tabela 4 - Incidência do fenômeno da pluriatividade dentre as famílias entrevistadas.	66
Tabela 5 - Pluriatividade e Fontes de Renda entre as famílias entrevistadas.	67
Tabela 6 - Produção para Autoconsumo – comparação entre passado e presente.....	69
Tabela 7 - Calendário Alimentar Semanal.....	73

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
I. RELAÇÃO CAMPO - CIDADE: TRANSFORMAÇÕES E CONSEQUENCIAS PARA AGRICULTURA FAMILIAR	13
II. PLURIATIVIDADE E PRODUÇÃO PARA AUTOCONSUMO - UMA RELAÇÃO DIRETA E MULTIFACETADA COM MUDANÇAS NO HABITO ALIMENTAR DE FAMÍLIAS AGRÍCOLAS.....	27
III. SÃO PEDRO DA SERRA, AGRICULTURA E FAMÍLIAS AGRÍCOLAS – APRESENTANDO A ÁREA DE ESTUDO.....	46
IV. HÁBITO ALIMENTAR DAS FAMÍLIAS AGRÍCOLAS DE SÃO PEDRO DA SERRA, MUDANÇAS E PERMANENCIAS.....	56
i. Procedimentos Metodológicos	56
ii. Transformações do Rural	59
iii. Pluriatividade	65
iv. Autoconsumo	68
v. Calendário Alimentar Semanal	70
CONCLUSÃO	80
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	85

INTRODUÇÃO

A questão central da pesquisa aqui proposta diz respeito às transformações que vem ocorrendo no mundo rural e como elas estão contribuindo para modificar também o hábito alimentar de famílias agrícolas. As constantes transformações ocorridas no mundo rural, oriundas tanto de um processo de modernização da agricultura quanto do aumento da urbanização, influenciam o modo de vida de agricultores familiares de formas distintas de acordo com cada realidade (CARNEIRO, 1998; PLOEG, 2008). Desta forma, estes dois fatores, ao contribuírem para uma reestruturação do espaço rural e do modo de vida de famílias agrícolas, contribuem também para alterações nos hábitos alimentares dessas famílias conforme procuraremos demonstrar, tornando fundamental entender que impactos são esses e como eles podem influenciar no nível de segurança alimentar e nutricional do meio rural. A abordagem proposta para analisar essas questões teve como referência a proposição contida no artigo de Renato Maluf e Silvia Zimmermann intitulado *“Antigos e novos hábitos na alimentação de famílias agrícolas de Chapecó e região”* (MALUF; ZIMMERMANN, 2020), fruto de pesquisa realizada em Chapecó/SC. Este estudo serviu como inspiração e como referência para tratar de mudanças e permanências em hábitos alimentares de famílias agrícolas. Também no Estado do Rio de Janeiro, com uma realidade distinta. Trata-se de uma outra pesquisa, realizada em outro contexto e sobre outras bases, sendo a referência apenas uma inspiração para o tema macro.

A maior disponibilidade e facilidade de acesso a produtos em supermercados, associado a existência da pluriatividade com maior presença de atividades não-agrícolas, podem estar causando alterações na relação dos agricultores com os alimentos e a alimentação. Esta pesquisa buscará o entendimento deste processo em famílias agrícolas de São Pedro da Serra, distrito de Nova Friburgo/ RJ, na região serrana fluminense, observando os papéis desempenhados pela produção para autoconsumo e pela pluriatividade em tais mudanças.

É vasto o número de pesquisadores e de estudos que se dedicam a entender as transformações ocorridas no mundo rural nas últimas décadas. Por mais que este não seja o cerne da questão aqui tratada, este é o marco teórico em que se apoia e encontra justificativa a presente pesquisa com foco voltado especificamente para as implicações sobre a comensalidade de famílias agrícolas e seus hábitos alimentares. Algumas facilidades da vida moderna no que se refere a alimentação, contribuem de maneira determinante para mudanças e permanências em hábitos alimentares:

A facilidade de acesso ao comércio da cidade mais próxima ou a existência de um comércio na própria comunidade podem gerar interesse em consumir alguns alimentos que não faziam parte da dieta em tempos passados, como, por exemplo, os produtos processados (LIMA; FERREIRA NETO; FARIAS, 2016, p. 70).

Além disso, o próprio convívio mais frequente com a cultura urbano-industrial, seja pela proximidade da cidade ou através de trabalhos não-agrícolas como o turismo, por exemplo, certamente pode influenciar na comensalidade de famílias rurais, sendo, portanto, segundo Lima *et al.*

[...] No meio rural, uma das possíveis angústias em relação ao consumo de alimentos na contemporaneidade pode estar relacionada ao processo de decisão entre manter uma dieta baseada nos hábitos tradicionais, incluindo plantar e colher os alimentos para consumo ou optar por uma dieta à base de produtos processados, ou abrir-se à possibilidade de mesclar os dois tipos de práticas alimentares (LIMA; FERREIRA NETO; FARIAS, 2016, p. 74 e 75).

Não resta dúvida de que as transformações dos hábitos e práticas alimentares na sociedade contemporânea como um todo e também na população rural, como visto anteriormente, tem grande influência do processo de industrialização dos alimentos e da oferta de novos produtos, reconhecidos como modernos e práticos (LIMA; FERREIRA NETO; FARIAS, 2016). Desta forma, “na atualidade, a indústria de alimentos pode ser considerada um dos mais importantes promotores de mudança nos hábitos alimentares das sociedades” (LIMA; FERREIRA NETO; FARIAS, 2016, p. 63), urbanas e rurais. Portanto, “a relação cada vez mais próxima entre o rural e o urbano favorece o acesso ao consumo de produtos industrializados, o que talvez permita alterações nos hábitos alimentares que acompanham as mudanças nos modos de vida nos espaços rurais” (LIMA; FERREIRA NETO; FARIAS, 2016, p. 77). Dentre a população rural, por exemplo, existe hoje um aumento do consumo de alimentos industrializados, pelos motivos já mencionados (LIMA; FERREIRA NETO; FARIAS, 2016), que vem alterando não só as práticas alimentares mas também outras práticas culturais relacionadas. A produção de farinha em muitos interiores do Brasil sempre representou um momento de encontro, troca e cooperação entre as comunidades rurais. Hoje, comprar esta farinha pronta não representa apenas a ingestão de um produto industrializado, mas também a perda deste ritual complexo, conhecido em alguns lugares como “farinhada”.

Porém, recorrendo a Carneiro (1998), é importante lembrar que essas transformações, bem como as mudanças que elas proporcionam nos demais hábitos e visão de mundo, ocorrem de maneira diversa, a depender de vários fatores, incluindo o contexto socioeconômico da realidade em questão. O intuito de pesquisar os hábitos alimentares de famílias agrícolas de São Pedro da Serra, com uma realidade socioeconômica e territorial própria, está associado ao

interesse de entender os impactos das transformações do rural na alimentação das famílias agrícolas desta localidade.

Desta forma, esta pesquisa tem como objetivo, buscar o entendimento de como as transformações que vem ocorrendo no meio rural – muito influenciadas pela cidade - podem estar interferindo nos hábitos alimentares da população agrícola de São Pedro da Serra, distrito do município de Nova Friburgo (RJ), com especial atenção para os papéis desempenhados pela produção para o autoconsumo e pela pluriatividade nas referidas mudanças.

Pretende-se, por meio de entrevistas realizadas, debater sobre as mudanças que vem ocorrendo na forma como a população agrícola de São Pedro da Serra se alimenta, especialmente em uma realidade de forte influência urbana e importantes transformações do mundo rural. Entende-se que a presença do fenômeno da pluriatividade, bem como o papel da produção para autoconsumo no dia-a-dia alimentar das famílias estudadas são fundamentais para a análise de transformações em hábitos alimentares. Isso porque no contexto da área de estudo o primeiro é um fenômeno que vem apresentando um crescimento constante – como veremos a frente – influenciando inclusive no segundo, historicamente base da alimentação das famílias agrícolas naquela região. Foram realizadas 14 (quatorze) entrevistas com agricultores nativos da área de estudo.

Para entender a presença da pluriatividade e sua influência nos hábitos alimentares das famílias agrícolas estudadas foi verificada a incidência de tal fenômeno nas famílias bem como o entendimento dos entrevistados em relação a este processo e suas influências na maneira de se alimentar. Por fim, o papel da produção para autoconsumo na composição alimentar da população agrícola de São Pedro da Serra, realiza-se um resgate histórico em relação a esta prática, possibilitando a identificação de uma possível transformação ao longo do tempo. O resgate foi realizado ao longo da entrevista, quando foram levantadas tanto as espécies plantadas e que não são mais plantadas, quanto a ideia dos entrevistados em relação a atividade ao longo dos anos, desde o início das transformações mais significativas que ocorreram na região, ou seja, por volta da década de 80.

O trabalho está estruturado em quatro capítulos, além dessa introdução e da conclusão. O primeiro capítulo busca realizar um breve histórico e uma contextualização da pesquisa em uma escala global que são as transformações na relação campo – cidade e suas implicações para o modelo de agricultura pautado na produção familiar. O segundo capítulo tem o intuito de apresentar os resultados de uma pesquisa bibliográfica referente aos conceitos de pluriatividade

e produção para autoconsumo, buscando concretizar uma base teórica sobre dois conceitos chave nessa pesquisa. O terceiro apresenta a área de estudo por meio de uma levantamento da história e origem de ocupação da região e o contexto atual, e o quarto capítulo apresenta os resultados das entrevistas realizadas.

Importante ressaltar que no contexto da Pandemia da Covid-19 muitas alterações precisaram ser realizadas e o contexto por si só gerou uma série de dificuldades que tornaram a realização dessa pesquisa um desafio muito maior do que já seria em um contexto de normalidade.

I. RELAÇÃO CAMPO - CIDADE: TRANSFORMAÇÕES E CONSEQUENCIAS PARA AGRICULTURA FAMILIAR

O debate que envolve esta dissertação, está apoiado em um contexto de importantes transformações no mundo rural - nas suas características sociais, econômicas, seus modos de vida, e dentre outras, e mais especificamente, no seu modo de se alimentar. Essas transformações ocorrem mesmo que de forma bastante diferenciada e diversa, em praticamente todas as regiões rurais brasileiras, seja por influência da agricultura industrial ou ainda pela forte influência da cultura urbano-industrial proporcionada muitas vezes pela proximidade dos centros urbanos, seja ela física ou apenas virtual com o avanço das possibilidades de comunicação. A valorização do rural e o crescimento da atividade turística também podem ser elencados com fatores importantes no âmbito dessas transformações, como é o caso da área de estudo.

Porém, antes de entrarmos nas transformações que vêm ocorrendo no mundo rural por influência da cultura urbano-industrial, vamos, com base em Ploeg (2008), tratar de algumas questões importantes para entendermos a agricultura no mundo, o que de certa forma, reflete também os processos característicos da realidade brasileira e de Nova Friburgo, especificamente. Para este autor, a agricultura mundial segue hoje três trajetórias: a industrialização, a recampesinização e a desativação (PLOEG, 2008). É na segunda trajetória que vamos nos ater para, do ponto de vista da agricultura e sua configuração atual, entender um dos fatores que vem impactando a agricultura familiar, juntamente com as transformações na relação “campo - cidade”.

“A recampesinização é uma expressão moderna para a luta por autonomia e sobrevivência em um contexto de privação e dependência” (PLOEG, 2008, p. 17). Para este autor a agricultura camponesa está mudando e uma dessas mudanças é exatamente este processo de recampesinização, a partir de uma volta as origens do que foi a agricultura familiar, subdivida em camponesa e empresarial (PLOEG, 2008, 2014), ou seja, não existe apenas um fluxo onde a agricultura camponesa tende a se “modernizar” e ganhar ares empresariais, mas também outro fluxo onde agricultores familiares empresariais buscam a volta a sua origem campesina.

Porém, não é tão somente nessa categoria que iremos nos debruçar, mesmo que ela represente, na sua origem, o público que pretende-se estudar, sendo suas variações nos dias

atuais, consequências também das transformações aqui mencionadas. Para deixar mais claro o ponto de vista aqui apresentado e as escolhas conceituais realizadas para este estudo, será acessado Ploeg (2014) quando ele enumera dez qualidades da agricultura familiar, fazendo também uma diferenciação entre agricultura camponesa e familiar. Para ele a agricultura familiar englobaria a camponesa, ou seja, a agricultura familiar se subdivide em camponesa e empresarial, sendo que ambas acabam se sobrepondo em muitos dos casos, formatando uma categoria social híbrida dentro do que é chamado “familiar”, e que é a categoria buscada nessa pesquisa. Desta forma, será utilizado o termo agricultura familiar, com o intuito de não restringir o entendimento, estritamente à conceituação do que Ploeg (2014) chama de agricultura camponesa, podendo existir variações dentre as famílias estudadas de maior ou menor inclinação ao formato empresarial do estabelecimento agrícola familiar. Do mesmo modo que abrir mão por completo do termo camponês, não seria tão coerente já que busca-se exatamente entender as transformações na categoria social camponesa, a partir da modernização da agricultura e da sua maior interação com o mercado e os reflexos nos hábitos alimentares de famílias agrícolas. Abaixo, a Figura 3 apresenta o esquema de Ploeg (2014) referente às dez qualidades da agricultura familiar e que ilustra da mesma forma como irá se compreender aqui neste caso, a categoria social a ser estudada e compreendida, no que se refere aos seus hábitos alimentares.

Figura 1 - Esquema de Ploeg sobre agricultura familiar



Fonte: (PLOEG, 2014)

Para o entendimento adotado neste trabalho, com base em Ploeg (2014), a agricultura familiar subentende diversas características que a definem como um grupo social muito amplo e da mesma forma variado, que faz com que sua conceituação também seja ampla e abrangente. Não se fala apenas de procedimentos tecnológicos nem tão pouco de tamanho de propriedade, a agricultura familiar deve ser entendida como algo que vai além desses detalhes técnicos ou materiais, sendo considerado um modo de vida onde a busca por autonomia – de distintas ordens – e por qualidade de vida pode ser entendido como o objetivo que une esta categoria. Como o próprio Ploeg afirma, a agricultura familiar “não se define somente pelo tamanho do estabelecimento, como quando falamos da agricultura de pequena escala, mas sim pela forma com que as pessoas cultivam e vivem. Ela “se contrapõe à concepção burocrática, aos protocolos formalizados e à lógica industrial que dominam cada vez mais nossas sociedades” (PLOEG, 2014, p. 07). Por outro lado, a busca pela autonomia e a possibilidade de manutenção do modo de vida, a agricultura familiar também adentra a lógica do mercado, onde a sobrevivência está ligada de forma direta a modelo de produção, voltado para industrialização da agricultura, desde a revolução verde. Em um processo complexo, a agricultura familiar muitas vezes busca a categoria híbrida, justamente por tudo falado até o momento.

Todo esse processo de transformação do mundo rural, se intensifica ainda mais quando adentramos na relação desses espaços com a cultura urbano x industrial. A proximidade cada vez maior dos centros urbanos, as novas possibilidades de acesso a mercados agrícolas e não agrícolas, novas possibilidades de formação profissional, acesso mais fácil a meios de comunicação, dentre outros, são fatores que vem permeando tais mudanças (CARNEIRO, 1998).

Nas últimas décadas o campo vem sofrendo importantes transformações, dentre elas na sua relação com as cidades, especialmente em contextos em que este está fisicamente próximo de grandes centros urbanos. A hegemonia da cidade sobre o campo (RUA, 2005), bem como as grandes mudanças ocorridas na atividade agrícola nas últimas décadas, tem levado a construção de um novo espaço rural. Autores como Carneiro (1998) e Rua (2005), por exemplo, mesmo que cada um à sua maneira, acreditam que o rural, não está em um processo de extinção mas de transformação. Esta ideia é ponto fundamental da pesquisa a partir do momento que ela está alicerçada nas mudanças que vem ocorrendo no meio rural, suas implicações para agricultura familiar e mais especificamente para os hábitos alimentares de famílias agrícolas.

Para Rua (2005), resumidamente, duas principais correntes hoje se preocupam com o tema em questão. A primeira, que ele denomina “clássica” e poderia ser representada por Henri Lefebvre, Milton Santos, Graziano da Silva, dentre outros, defende uma divisão básica do espaço geográfico, dividida claramente entre urbano e rural, e acredita que existe uma tendência para o fim do que chamamos de rural, já que o processo de urbanização tende a generalização e desta forma o rural, com o “desenvolvimento”, se transformaria em urbano (RUA, 2005). Graziano (1997) por exemplo, classifica o rural como um “continuum” do urbano, levando o rural a uma tendência de urbanização total, materializado para ele, pelos complexos-agroindustriais (SILVA, 1997). “Em poucas palavras, pode-se dizer que o meio rural brasileiro se urbanizou nas duas últimas décadas, como resultado do processo de industrialização da agricultura, de um lado, e, de outro, do transbordamento do mundo urbano naquele espaço que tradicionalmente era definido como rural” (DA SILVA, 1997, p. 1). Porém, para Rua (2005), essa teoria peca quando exagera na homogeneização do que seria esse “novo rural”, urbanizado e cita Santos, também representante desta mesma corrente, para reafirmar essa complexidade, tanto do processo de “urbanização” de áreas rurais quanto da forma e intensidade que ele se dá em diferentes espaços rurais (RUA, 2005).

A segunda corrente, não menos importante e na qual este projeto irá se apoiar, tem, na categorização de Rua (2005), representantes como ele próprio, Sérgio Schneider, Maria de Nazareth Baudel Wanderley, Ricardo Abramovay, Roberto José Moreira, Maria José Carneiro e Hans J. Pongratz. A visão dessa corrente que Rua (2005) chama de “analítica”, difere da anterior pelo fato de não entender as transformações do campo como um processo homogêneo de urbanização com tendência de desaparecimento e extinção total do rural. Estes autores, mesmo que apresentando uma visão bem diversa entre eles, acreditam que este processo de transformação do campo na sua relação com a cidade, a tendência não é de urbanização mas sim da construção sócio espacial de “novas ruralidades” (RUA, 2005).

O próprio Rua (2005) entende que “a ressignificação do rural, através da ideia de “urbanidades no rural” inclui uma série de representações que re-apresentam este espaço como um “outro rural”” (RUA, 2005, p. 53), ou seja, não se trata da urbanização do campo mas sim da construção social de um novo espaço rural, influenciado pela sua relação com a cidade e a cultura urbano-industrial. Ele deixa claro seu ponto de vista quando afirma também que o processo do que ele chama de ressignificação do rural, é resultado não apenas de uma imposição do modo de viver urbano, mas sim uma releitura e reinterpretações realizadas e adaptadas pelo

rural (RUA, 2005). “A percepção do “rural” e do “urbano” como resultado de interações múltiplas, transescalares, não-hierarquizadas e mostrando novas possibilidades espaciais a serem construídas” (RUA, 2005, p. 47) e “um rural que interage com o urbano, sem deixar de ser rural; transformado, não extinto” (RUA, 2005, p. 58), podem resumir a visão deste autor.

Na mesma linha, Schneider (1995), que será importante referência para esta pesquisa mais à frente, se apoia fortemente na noção de território para analisar o mundo rural e suas transformações. Ele é grande estudioso do conceito de pluriatividade e portanto entende que o rural está se transformando, especialmente no que diz respeito a divisão social do trabalho, sendo esta talvez, a principal materialização das mudanças que vem ocorrendo no mundo rural. “A policultura tradicional cedeu lugar à agricultura em tempo parcial, e muitas famílias rurais tomaram-se pluriativas” (SCHNEIDER, 1995, p. 107).

Wanderley (2009), que analisou o mundo rural brasileiro através da relação campocidade, também acredita na transformação do rural em detrimento da sua extinção. Para ela, essas transformações são o resultado dos processos que ocorrem na sociedade como um todo, acontecendo em uma escala local, mas por outro lado, “tal olhar ‘externo’ e unifocal não pode deixar de considerar uma dinâmica que se origina internamente, resultado da capacidade de iniciativa, adaptação e resistência da própria população do campo” (WANDERLEY, 2009, p. 61). Portanto, “as dinâmicas sociais construídas nos espaços rurais são tributárias desse contexto mais amplo, das suas relações com a sociedade urbano-industrial, mas também das configurações internas ao meio rural, que são direta e profundamente associadas aos modos de ocupação do solo e de utilização social da terra e dos demais recursos produtivos” (WANDERLEY, 2009, p. 69).

Outro autor que ressalta com veemência a importância de ter um olhar sobre o rural, que não seja simplificado e que reduza sua capacidade de criação sob as influências da cidade, é Ricardo Abramovay (2000). Ele acredita que se deva pensar o rural, não apenas do ponto de vista da sua relação com a cidade, mas também e talvez, principalmente, a partir das suas especificidades, “isto é, sem encarar seu desenvolvimento como sinônimo de ‘urbanização’ (ABRAMOVAY, 2000, p. 3). Também atenta para a consequência política dessa visão equivocada, para o desenvolvimento das áreas rurais, ou seja, se “as regiões rurais tiverem a capacidade de preencher funções necessárias a seus próprios habitantes e também às cidades - mas que estas próprias não podem produzir - então a noção de desenvolvimento poderá ser aplicada ao meio rural” (ABRAMOVAY, 2000, p. 3).

Moreira (2003) traz um debate fundamental para a pesquisa aqui apresentada. A abordagem de revalorização do rural mostra a reinvenção deste espaço e sua adaptação ao novo contexto que vem se apresentando. Ele apresenta um rural pluriativo e multifuncional.

“Esse passa a ser compreendido não mais como espaço exclusivo das atividades agrícolas, mas como lugar de uma sociabilidade mais complexa que aciona novas redes sociais regionais, estaduais, nacionais e mesmo transnacionais. Redes sociais as mais variadas que, no processo de revalorização do mundo rural, envolvem a reconversão produtiva (diversificação da produção), a reconversão tecnológica (tecnologias alternativas de cunho agroecológico e natural), a democratização da organização produtiva e agrária (reforma agrária e fortalecimento da agricultura familiar), bem como o fortalecimento e a expansão dos turismos rurais (ecológico e cultural)” (MOREIRA, 2003, p. 132).

A valorização do rural por meio de seus atributos naturais e promovido especialmente por meio do turismo, é questão basilar neste trabalho. Na área de estudo, um dos principais fatores de transformação dos últimos anos, certamente foi o desenvolvimento da atividade turística, alterando toda a dinâmica de um vilarejo que antes vivia basicamente da atividade agrícola. Com o interesse cada vez maior da população urbana em relação aquela área rural, parte das terras começaram a ser vendidas, surgindo casas de veraneio e condomínios onde antes era plantação. A agricultura não desapareceu (está longe disso), mas as dinâmicas mudaram e dentre essas mudanças, além do uso e ocupação do solo, também surgiu uma variedade de trabalhos não agrícolas, que não existiam antes em áreas como construção civil, hotelaria, jardinagem, serviços domésticos, dentre outros. Desta forma, “a ampliação das possibilidades de trabalho para a população rural, até então dedicada quase exclusivamente à agricultura, e a maior aproximação e integração de sistemas culturais distintos” (CARNEIRO, 1998, p. 56), são alguns dos efeitos causados por esta nova funcionalidade dada às áreas rurais.

No contexto da pesquisa, assim como as mudanças ocorridas diretamente na agricultura e na mobilidade, a atividade turística pressupõe transformações no modo de vida, e isso inclui a alimentação das pessoas. Desta forma, entender a dinâmica do turismo e como acontece o desenvolvimento desta atividade é fundamental para identificar também mudanças nos hábitos alimentares. Aqui, esse olhar é capturado por meio da análise do papel do fenômeno da pluriatividade neste processo, pois tal fenômeno influencia questões fundamentais para alimentação de famílias agrícolas, a renda monetária e a produção para autoconsumo. Assim como o tempo despendido para o trabalho não agrícola, o aumento da renda monetária tende a

diminuir a produção para autoconsumo, norteador histórico da alimentação de famílias agrícolas.

Mas como não se fala somente de mudanças mas também de permanências, torna-se fundamental esclarecer o motivo, pois mesmo com todas as transformações Carneiro (1998) e Pongratz (1990) reforçam a ideia da capacidade da população rural em reinventar sua cultura, mesmo que claramente influenciada por outra. “A população rural seguiu seu próprio caminho na modernização; não rejeitou as exigências da sociedade industrial moderna, mas de modo algum renunciou às suas tradições culturais” (PONGRATZ, 1990, p. 8). Existiria uma adaptação onde a cultura predominante causaria (e causa) transformações importantes, ao mesmo tempo que a cultura subjugada não se subjuga tanto assim, mantendo, e certas vezes valorizando, seu modo de vida. Isso se reflete em diferentes áreas, incluindo a alimentação, sendo uma tendência, que com as transformações muitas coisas mude, mas também muitas delas permaneçam e até se fortaleçam.

Portanto, “é precipitado concluir que o processo de expansão da racionalidade urbana resultaria na dissolução do agrário e na tendência à transformação uniformizadora das condições de vida no campo” (CARNEIRO, 1998, p. 54). Ao contrário, em alguns casos esse processo ocasionaria um fortalecimento da ruralidade e não a urbanização homogeneizadora de todo o espaço geográfico, sem distinção de urbano e rural (CARNEIRO, 1998). Até porque, o fluxo de trocas de diferentes ordens, por mais que nitidamente em intensidades diferentes, não se limita ao fluxo cidade-campo, mas também no fluxo contrário, onde a cultura urbano-industrial também absorve características do modo de vida considerado rural (CARNEIRO, 1998). Esse contraponto é importante para esclarecer que o fluxo é duplo, e sendo assim nesse contexto de transformações existem mudanças e permanências em toda dinâmica sócio cultural, incluindo a alimentação e os hábitos ligados a ela.

É neste ponto que pretendo entrar agora, apresentando um pouco do que vem sendo tratado pela ciência - principalmente as humanas e sociais - a respeito das implicações que as transformações que vem acontecendo na sociedade contemporânea e mais especificamente no campo, vem provocando nos hábitos alimentares das populações rurais. Lima *et al* (LIMA; FERREIRA NETO; FARIAS, 2016) são, até o momento a principal referência neste debate, juntamente com alguns outros autores que foram identificados dentro de suas próprias referências. Sua abordagem se aproxima bastante da que pretendo utilizar para justificar a importância de aprofundar as pesquisas nessa temática, pois, “no mundo do efêmero, do

descartável e da pressa, como nos lembra Bauman (2009), essa escassez de tempo interfere, de diversas maneiras, nas várias atividades e no cotidiano das pessoas [...] ainda que deforma menos intensa, esse processo atinge também famílias rurais, que buscam novas formas de se adaptar, criando alternativas para lidar com o novo” (LIMA; FERREIRA NETO; FARIAS, 2016, p. 60). Portanto, como afirmado anteriormente e sustentado por Lima *et al* (2016), a sociedade moderna impõe um modo de vida - inclusive no campo - que tende a propiciar alterações “nas relações de comensalidade e na identidade alimentar dos indivíduos”, modificando hábitos, tanto de consumo quanto de produção de alimentos (LIMA; FERREIRA NETO; FARIAS, 2016).

Citando Arnaiz (2005), Lima *et al* concordam com a coexistência nos sistemas alimentares modernos de quatro principais tendências, a saber: “o fenômeno da homogeneização do consumo em uma sociedade massificada; a persistência de um consumo diferencial e socialmente desigual; o incremento da oferta personalizada e o incremento de uma individualização alimentar” (ARNAIZ, 2005, p. 148 *apud* LIMA; FERREIRA NETO; FARIAS, 2016, p. 60). Os estudiosos do assunto, subdividem-se em três principais correntes, com divisões bem nítidas entre elas, exatamente por serem antagônicas. A primeira que reúne os autores que acreditam na homogeneização total da alimentação. A segunda que separa os comedores em dois grupos (tradicional e modernos) e a terceira, mais coerente com o que se baliza esta pesquisa, que vê um hibridismo no sistema alimentar (na escala local, inclusive), onde o moderno e o novo se complementam, formando novos hábitos alimentares (LIMA; FERREIRA NETO; FARIAS, 2016).

Porém, seguindo o pensamento da terceira corrente, que inclui Lima *et al* (2016), dentre outros como de Garine (1987) e Pollan (2014), referenciados pelos primeiros, não generaliza o processo de industrialização da alimentação pois a força da tradição também tem poder para influenciar permanências nos hábitos alimentares. Assim, além da manutenção de muitas tradições alimentares em meio a um turbilhão de novidades, esse tradicional também influencia os hábitos urbanos que buscam uma alimentação mais saudável, formando um fluxo constante e em ambos os sentidos, de influências alimentares urbanas (moderno e industrializado) e rurais (tradicional e mais saudável). Portanto, não só os hábitos urbanos influenciam o rural mas “os modos mais tradicionais, característicos do campo, interferem nas práticas alimentares dos habitantes urbanos que buscam uma alimentação menos industrializada” (LIMA; FERREIRA NETO; FARIAS, 2016, p. 77). Mencionando de Garine, Lima *et al* (2016) acredita que “se, por

um lado, é verdadeiro que a globalização tem propiciado certa homogeneização dos hábitos alimentares, por outro também se observa a permanência da tradição alimentar, com seus modelos locais de alimentação” (LIMA; FERREIRA NETO; FARIAS, 2016, p. 65).

Sendo dinâmica, a cultura e, portanto, alguns hábitos tendem a se alterar ao longo do tempo absorvendo novas práticas, inclusive no que se refere a alimentação. Assim,

“no rural contemporâneo, não se pode mais afirmar que a tradição é determinante, nem que se mantém encerrada, fechada num mundo à parte, embora muitos costumes, ritos e modos de reprodução socioeconômica se mantenham. Isso também se aplica aos hábitos alimentares, cabendo às famílias rurais fazerem suas escolhas” (LIMA; FERREIRA NETO; FARIAS, 2016, p. 74).

Porém, discordando em parte desta última citação, em um mundo rural vivendo constantes transformações colocadas por um sistema que se impõe, nem sempre as mudanças ou permanências são exatamente escolhas. Mas é fato que estas transformações vêm influenciando os modos de vida da população rural, bem como sua alimentação, sendo uma consequência da outra.

O estudo sociológico da alimentação não é recente. Neste sentido, Poulain e Proença (2003a, 2003b) e Azevedo (2017) fazem um importante resgate histórico sobre o desenvolvimento desta temática dentro das ciências sociais, debatendo metodologicamente os estudos nessa área e o contexto que motivou o aumento do interesse acadêmico pelo tema. Com base nesses autores, neste capítulo faremos apresentação sintética do tema da alimentação como objeto de estudo da sociologia, para posteriormente especificar o debate ao que diz respeito aos hábitos alimentares, com o intuito de encaixar esta pesquisa em um contexto teórico que faça sentido de forma acadêmica e prática.

Para Poulain e Proença, o “espaço social alimentar é um objeto sociológico total” (POULAIN; PROENÇA, 2003b, p. 251). Azevedo vai no mesmo sentido, afirmando que “a alimentação configura-se como um objeto legítimo de análise social e de compreensão das premissas implícitas do viver em sociedade (AZEVEDO, 2017, p. 277), ou seja, a vida em sociedade é refletida na alimentação. Portanto, um objeto sociológico total pressupõe que a temática permeia todos os âmbitos da sociedade, refletindo as diferentes culturas, os diferentes modos de vida, diferentes escolhas e gostos, que estão também ligados a oferta e definição do que é ou não alimento, nas diferentes dimensões do espaço alimentar (POULAIN; PROENÇA, 2003b). Segundo estes autores são quatro as dimensões do espaço alimentar: o espaço do

comestível; o sistema alimentar; o espaço do culinário; e o espaço dos hábitos de consumo (POULAIN; PROENÇA, 2003b).

Azevedo (2017) lembra, com base em Poulain e Mintz que historicamente o interesse da sociologia pelo tema da alimentação sempre existiu mesmo que de maneira tímida e mais restrita ao campo da antropologia. Até os anos 1980, apesar de ter se desenvolvido, ainda não era tido como relevante dentro da própria antropologia e apenas a partir da década de 1990, com o surgimento de um mercado alimentar globalizado é que o tema de fato começou a ser explorado pelas ciências sociais (AZEVEDO, 2017). Nesse contexto a mesma autora destaca Fishler como um dos responsáveis pelo aumento dos estudos dentro da sociologia da alimentação ao afirmar que “a tese de Claude Fischler sobre o onívoro, publicada originalmente em 1990, se coloca como um trabalho de liderança na área de Sociologia da Alimentação” (AZEVEDO, 2017, p. 279).

No caso brasileiro, um dado fundamental é o fato de o interesse por aqui, ter se desenvolvido diretamente ligado ao tema da fome e da desnutrição. Esse dado é relevante pois ele irá, de certa maneira, orientar as pesquisas e o interesse acadêmico pelo tema. Não à toa, a questão da segurança alimentar e nutricional sempre foi tema presente na realidade brasileira, ao ponto de termos criado “uma referendada política de Segurança Alimentar e Nutricional que colocou o Brasil como referência internacional no combate à fome e erradicação da pobreza” (AZEVEDO, 2017, p. 285 e 286).

Porém, antes desse debate vir à tona, o Brasil já contava com uma série de estudos e relatos dando conta dos hábitos alimentares brasileiros, sua diversidade e riqueza, identificado por muitos autores com um dos principais traços da nossa cultura. Em 1946, o precursor Josué de Castro foi o responsável por denunciar, através de sua obra “Geografia da Fome”, a situação gravíssima que se encontrava o território brasileiro e sua população. Ele conseguiu alertar, e mais do que isso mapear e especializar a condição alimentar do brasileiro, tema bastante blindado acadêmica e politicamente por expor, como afirma Josué de Castro, mazelas sociais e problemas estruturais do Brasil. Para ele, o problema da fome e da miséria, naquela época “jogado para debaixo do tapete”, era fruto de uma estrutura socioeconômica totalmente desigual, e intimamente ligada a história de desenvolvimento do Brasil, baseada no contexto da colonização e do latifúndio (SIMONCINI *et al*, 2021). Futuramente seus trabalhos influenciaram de forma determinante as principais políticas públicas voltadas para o extermínio da fome no Brasil.

Luís da Câmara Cascudo também foi um autor importante neste debate a partir de seus estudos históricos sobre a alimentação, culminado com o clássico “História da Alimentação no Brasil”, de 1967 (AZEVEDO, 2017). Entusiasta da cultura brasileira e da mistura que essa cultura representa, ele sempre teve a alimentação como tema central de suas obras. Reflexo exatamente dessa mestiçagem, ele faz uma leitura folclórica das influências das diferentes identidades que formam o povo brasileiro, na alimentação. As culinárias indígena, africana e portuguesa foram segundo ele as fontes da nossa culinária e dos nossos hábitos alimentares, com importantes diferenciações regionais (OLIVEIRA; CAVIGNAC, 2010). Essas são referências brasileiras clássicas importantes para os trabalhos voltados para este tema.

Seja no Brasil ou em âmbito global, não foi por acaso o aumento significativo de estudos voltados para o tema da alimentação por volta dos anos 1990. É exatamente neste período que tem início as importantes transformações que estamos vivenciando até hoje, no sentido de um mundo cada vez mais globalizado (AZEVEDO, 2017). Além de outros setores da vida social, esse fenômeno impacta diretamente a produção agrícola e a questão alimentar. A “globalização” pode ser compreendida sob a ótica da alimentação e sofre também influência da mobilidade das pessoas e suas ideias sobre culinária, gosto e nutrição (AZEVEDO, 2017, p. 287). Aliás, a alimentação talvez seja um dos principais parâmetros para se analisar a globalização. A busca pela homogeneização dos alimentos, a criação de alimentos industrializados bem como o domínio global de um mercado com potencial quase infinito por poucas empresas, é o elo final de uma cadeia que se inicia com os commodities agrícolas, que se tornam a base da grande maioria dos alimentos oferecidos pela indústria, a exemplos do milho, trigo e soja. Ademais, a formação de um sistema agroalimentar global, formatado por grandes empresas transnacionais, contribui sobremaneira para transformações econômicas, sociais, culturais e ambientais drásticas, tanto na agricultura quanto fora dela. Neste contexto Azevedo amarra esta ideia afirmando que

“O alimento é um tema frutífero para explorar os múltiplos significados da globalização, uma vez que expõe a complexidade de um peculiar fenômeno que transcende o aspecto econômico. Apesar das suas claras relações com a cultura local, a religião, o gosto, a tradição, o simbolismo e a identidade, a comida tem sido produzida como uma mercadoria sob as premissas de um sistema e de uma política agroalimentar de caráter global, dominada por corporações agroalimentares transnacionais, o que envolve uma forma legitimada de agrobiopoder e de ameaça à soberania alimentar, além de impactos culturais e socioambientais significativos” (AZEVEDO, 2017, p. 287).

Uma das quatro dimensões do espaço social alimentar reconhecidas por Poulain e Proença (2003b) diz respeito ao hábito alimentar e sua variação ao longo do tempo, ou usando as palavras deles, é a “dimensão do espaço social alimentar envolve o conjunto de rituais que rodeiam o ato alimentar no seu sentido estrito” (POULAIN; PROENÇA, 2003b, p. 253). Em relação aos estudos no Brasil, autoras como Balem e Silveira (2005), Menasche (2015) e de certa forma também Carneiro (CARNEIRO, 2009), vem se ocupando dos estudos referentes as transformações que a urbanização, aliada a modernização da agricultura e a submissão dessa as demandas das cidades vem causando na cultura e consumo alimentar da população rural brasileira. Buscando uma conexão com o debate apresentado no primeiro capítulo, a ideia é apresentar o que vem sendo desenvolvido em termos acadêmicos sobre as transformações que a modernização da agricultura e inserção mercadológica do pequeno agricultor, aliada a expansão da urbanização ou simplesmente da cultura urbano-industrial vem acarretando no modo de vida do agricultor familiar, especialmente na sua maneira de se alimentar.

De uma forma geral, por mais que possa parecer contraditório, a agricultura chamada moderna, que surgiu para aumentar a produção de alimentos e acabar com a fome no mundo, não está cumprindo este papel, muito pelo contrário. Ela está inclusive, a partir de sua lógica integralmente mercantilizada e baseada na especialização e esgotamento da terra, causando impactos significativos também na condição alimentar dos agricultores familiares, ou seja, os que produzem alimentos. Não é difícil ouvir relatos de insegurança alimentar dentre famílias de agricultores que antes tinham no mínimo sua produção para autoconsumo (BALEM; SILVEIRA, 2005). Estas mesmas autoras, mas não só elas, elencam dois fatores como geradores de todo esse processo, dentro de uma sociedade capitalista moderna: a expansão da urbanização e de seus significados e a modernização da agricultura. O primeiro que através de diversos avanços aproxima a população rural da população da cidade, acabando com o “isolamento” do agricultor, ou seja, “o contato mais intenso e frequente com o urbano, exigido, inclusive, pela necessidade de relações com comércio, indústria e setor bancário, característica de uma agricultura com maior inserção no mercado, faz com que haja assimilação de valores e hábitos urbanos por parte dos agricultores” (BALEM; SILVEIRA, 2005, p. 3). Enquanto o segundo que inseriu abruptamente a agricultura familiar na lógica dos mercados, onde ela acaba submissa as grandes empresas, muda toda estrutura produtiva tradicional, baseada principalmente na diversificação e na produção para autoconsumo, portanto “a especialização numa determinada atividade passa a ser sinônimo de capacitação crescente e a diversificação

como uma dispersão de esforços e menor qualificação na atividade principal no tocante a renda da unidade de produção” (BALEM; SILVEIRA, 2005, p. 3).

Porém, não é somente este processo de desvinculação cultura que a partir da introdução de uma cultura tecnificada no meio agrícola modifica o que Balem e Silveira (2005) chamam de “modo de vivência” dos agricultores. Menasche (2015) lembra também do processo de industrialização da alimentação e a busca por uma homogeneização da mesma, como característica da globalização e do processo de modernização agrícola, especificamente. Portanto, não seria possível “pensar nos hábitos alimentares de agricultores sem relacioná-los com o modelo de desenvolvimento econômico e agrícola adotado no Brasil” (SALAMI, 2009, p. 23). Uma das consequências deste contexto para esta pesquisa, é a implicação direta na produção para autoconsumo e a questão relacionada a disponibilidade de mão-de-obra dentro das famílias agrícolas, o que pode estimular a incidência de pluriatividade, questões que serão aprofundadas mais à frente. No entanto, as relações entre estes dois termos com o contexto apresentado e a questão de pesquisa, é bastante destacada em diversos estudos apresentados aqui. Seriam consequências “naturais” da sociedade capitalista moderna, que tem na lógica urbano-industrial, a base de sua reprodução, seja no campo ou na cidade. Desta forma, todo esse contexto tem relação direta com a mudança dos hábitos alimentares de famílias agrícolas, a partir da restruturação das propriedades rurais e do mercado de trabalho acessível à população do campo, bem como a influência cultural advinda da proximidade, física ou virtual, com o mundo urbano e tudo que isso implica.

“Agora, fazendo parte da economia mundial, as unidades familiares ampliam seu leque de relações sociais e econômicas, e passam a sentir a necessidade de incorporar conhecimentos técnicos e melhorar a gestão do estabelecimento. O camponês não aspira mais somente atender a sua subsistência, ou “sua reprodução social à base do mínimo vital”, mas, fazendo parte da sociedade moderna, deseja o acesso a todo conjunto de bens materiais e culturais, o que depende de uma nova organização econômica” (GRISA; SCHNEIDER, 2007, p. 38).

A atual relação com o urbano, vista aqui também como uma consequência da modernização agrícola para o meio rural, contribui para o acesso do pequeno agricultor, antes isolado, a uma série de serviços, produtos e facilidades que não possuíam antes (BALEM; SILVEIRA, 2005). Desta forma, Salami destaca que essa “agricultura com maior inserção aos mercados, faz com que haja assimilação de novos valores e hábitos por parte dos agricultores” (SALAMI, 2009, p. 29). Nesse sentido, as mudanças nas práticas, hábitos e/ou consumo

alimentar dos agricultores ganha destaque dentre as transformações do rural (BALEM; SILVEIRA, 2005), pois “a proximidade com um grande centro urbano tem implicações ainda mais severas do ponto de vista da alimentação dos agricultores, pois se torna mais fácil comprar alimentos” (BALEM; SILVEIRA, 2005, p. 8). Porém, não somente por esta maior facilidade as famílias agrícolas buscam os mercados. Essa oferta e acesso a mercados e produtos variados, é um de diversos elos que se ligam em busca de “adequações” para fazer a vida moderna funcionar, seja no campo ou na cidade. No campo, as transformações do modelo produtivo e toda a lógica de produção, associado a oferta de trabalhos não agrícolas alterou o dia-a-dia, diminuindo a dedicação e consequentemente a produção para autoconsumo, sendo necessário a busca por alternativas que facilitem a vida.

Desta forma, no próximo capítulo foi realizada uma revisão da bibliografia referente ao fenômeno da pluriatividade e a produção para autoconsumo, já que ambos os conceitos são entendidos como fundamentais no debate aqui proposto. A partir deste levantamento, o intuito é balizar o trabalho de campo e os resultados da pesquisa.

II. PLURIATIVIDADE E PRODUÇÃO PARA AUTOCONSUMO - UMA RELAÇÃO DIRETA E MULTIFACETADA COM MUDANÇAS NO HABITO ALIMENTAR DE FAMÍLIAS AGRÍCOLAS

Neste capítulo serão abordados os conceitos de pluriatividade e produção para autoconsumo e a relação desses dois conceitos tão fundamentais, com as mudanças no hábito alimentar de famílias agrícolas, no caso de São Pedro da Serra. São conceitos, como veremos, que dialogam entre si e contribuem de forma substancial para se identificar e entender tais mudanças.

Em um cenário de grandes transformações no cotidiano e no modo de vida de famílias agrícolas, o conceito de pluriatividade se torna protagonista dentro do debate aqui apresentado, sendo, inclusive, uma das consequências de tais transformações no rural contemporâneo. Ao que tudo indica, tal fenômeno possui relação direta com a mudança no hábito alimentar de famílias agrícolas. A relação é direta, pois como veremos, a dedicação a atividades não agrícolas interfere no modo de vida rural, alterando a relação com a produção para autoconsumo, e aumentando a renda monetária das famílias. Desta forma, é natural que a diminuição da oferta de produtos produzidos na propriedade associado a maior acesso a renda monetária, leve as famílias a lançarem mão de praticidades oferecidas pelos produtos vendidos pelos mercados. Entendida como estratégia das famílias para se adequarem ao novo formato do rural, a pluriatividade ocorre por um conjunto de fatores, bem como gera diferentes consequências no modo de vida do homem do campo.

Com base principalmente em Carneiro (1996), Schneider (2003a) e Mattei (2008), irei agora me remeter ao debate que vem sendo desenvolvido em relação a noção de pluriatividade a partir de um resumo sintético das bases teóricas que norteiam o estudo de tal fenômeno, suas definições, seus principais avanços mas também suas limitações quanto objeto de estudo das ciências sociais. A intenção é apresentar os principais estudos do tema tanto globalmente como no Brasil, aprofundando nos debates que vem ocorrendo nesse último, foco do interesse deste trabalho. Internacionalmente, autores como Chayanov (1974), Kautsky (1980), Fuller (1984, 1990) e Marsden (1990) além do esforço de pesquisa exercido pela Arkleton Research (1992), são referências importantes nos estudos das atividades econômicas não-agrícolas no meio rural, “entendidos como formas complementares de obtenção de renda e de inserção econômica de pequenos proprietários ou camponeses” (SCHNEIDER, 2003, p. 105).

Por mais que por vários motivos hoje em dia esteja mais evidente e recorrente, a atividade não-agrícola já é identificada no meio rural, entre os camponeses, há algumas décadas. Carneiro (1996) provoca no sentido de questionar o surgimento das atividades não-agrícolas dentre os agricultores familiares e camponeses, incitando a busca por uma definição clara e objetiva do mesmo, contribuindo para o avanço das pesquisas sobre o tema. Para a autora, essa questão temporal é relativa, pois atividades não-agrícolas no meio rural podem tanto ser algo recente quanto muito antigo, a depender da noção utilizada, já que:

“se nós as definirmos como “todos os rendimentos exteriores à unidade de produção familiar”, ela sempre esteve presente na sociedade rural [...] Mas, por outro lado, podemos considerá-las um fenômeno recente se atentarmos para suas características específicas, decorrentes do contexto econômico e social que as engendrou na atualidade” (CARNEIRO, 1996, p. 93).

Inicialmente, dois termos eram utilizados pra se referir as atividades não-agrícolas desempenhada por camponeses dentro da realidade de países desenvolvidos, especialmente da Europa: *part-time farming* e *pluriactivité*, utilizados até a década de 80 como sinônimos por muitos cientistas sociais (SCHNEIDER, 2003b). Segundo Schneider (2003), ambos os termos, além de terem origens em escolas diferentes, inglesa e francesa, respectivamente, apresentam também outras diferenças mais significativas. Para este autor, com base em outros fundamentais para o estudo da pluriatividade, os dois termos foram construídos com base em diferentes interpretações do mesmo fenômeno. Enquanto o primeiro refere-se com mais contundência ao tempo de trabalho dedicado na propriedade, o segundo se refere mais a diversificação da renda entre os membros de uma família agrícola (SCHNEIDER, 2003b).

A partir da década de 80 os debates acerca do tema começaram a ganhar corpo. O novo modelo de produção agrícola baseado no pacote tecnológico da revolução verde e todas as transformações por ele provocadas no mundo rural, fizeram com que as atividades não-agrícolas assumissem importante papel na reprodução socioeconômica da agricultura familiar (MATTEI, 2008). Desta forma, o mundo acadêmico interessado pelo estudo do fenômeno padronizou o termo, tratado a partir de então, apenas como pluriatividade, muito devido a sua maior amplitude e possibilidade de abranger diferentes questões que se referem a diversificação das possibilidades de trabalho no campo. Para Carneiro, tal noção “aponta tanto para a diversidade de situações como também para a possibilidade de um processo mais permanente, não apenas transitório como se supunha até então” (CARNEIRO, 1996, p. 90). Nesse sentido, Fuller (*apud* SCHNEIDER, 2003, p. 103) acredita que isso aumenta as possibilidades de objetos de pesquisa das ciências sociais, incluindo o estudo da agricultura e o sistema agroalimentar,

pois como complementa Mattei, “essa mudança reflete uma ampliação conceitual com o objetivo de incluir as outras ligações das unidades familiares com a produção, com o mercado de trabalho e com os demais setores econômicos no entorno” (MATTEI, 2008, p. 413). Portanto, a noção de pluriatividade é vista “como a melhor forma de apreender o fenômeno da multiplicidade de formas de trabalho e renda das unidades agrícolas” (SCHNEIDER, 2003, p. 104), já que a noção de agricultura em tempo parcial, “não seria adequada à agricultura pela dificuldade de se medir o tempo de trabalho em uma atividade que obedece ao tempo da natureza” (CARNEIRO, 2006, p. 8).

Para compreensão do fenômeno ou do que existe de avanço nos estudos sobre ele, uma das questões fundamentais é o que motivou e/ou vem motivando o seu crescimento e sua disseminação nos rurais “mundo a fora” - outras serão tratadas mais à frente. Como quase tudo sobre a pluriatividade, definir o que motivou sua existência também não é algo trivial. Uma série de fatores em diferentes realidades podem contribuir para o exercício de atividades não agrícolas por membros de famílias rurais. Como afirma Mattei, “o conjunto das transformações estruturais do sistema capitalista do pós-guerra impactou fortemente o sistema agroalimentar mundial” (MATTEI, 2008, p. 412), provocando uma alteração significativa nas configurações produtivas, laborais e sociais do meio rural. Provavelmente o maior impactado causado por essas mudanças sejam nos agricultores familiares, pois ainda com base no mesmo autor,

“decorre daí uma série de rupturas no modelo clássico de desenvolvimento agrário, as quais rebatem com maior intensidade sobre o sistema de produção familiar, que se vê obrigado a buscar novas formas de reprodução” (MATTEI, 2008, p. 412).

Nesse contexto, Kautsky entende que o processo de modernização da agricultura, acaba por subordinar, no fim das contas, a pequena propriedade à grande, a partir de uma superioridade técnica, dificilmente alcançada pelos pequenos. Porém este processo não levaria, necessariamente, a eliminação da pequena propriedade, exigindo destas uma adequação ao novo modelo, que permita a continuação da sua reprodução social. A diversificação de renda por meio de trabalhos acessórios ou não-agrícolas, para Kautsky é uma dessas adaptações realizadas pelos camponeses dentro das novas configurações do meio rural e da própria atividade agrícola (SCHNEIDER, 2003b). Este autor, identificou três tipos de ocupação acessória, em seus estudos realizados segundo a realidade europeia: trabalho agrícola assalariado; ocupação dos camponeses em indústrias a domicílio; fundação de indústrias no campo, que progride em função do avanço das comunicações.

Um outro fator importante para entender o que motivou a pluriatividade é lembrado por Carneiro. Em seu trabalho sobre a pluriatividade no campo francês, ela lembra de uma realidade que inclusive se assemelha em partes com a realidade da área de estudo. Ela ressalta o papel das indústrias em áreas rurais com pouco potencial agrícola, instaladas no interior francês a partir dos anos 60 (CARNEIRO, 1996), especialmente em regiões montanhosas, pois para ela, “regiões desfavoráveis para a intensificação da agricultura e a instalação de grandes explorações capitalistas, como as zonas montanhosas por exemplo, são tradicionalmente espaços abertos à prática de atividades complementares não-agrícolas” (CARNEIRO, 1996, p. 89). A impossibilidade dos pequenos agricultores se adequarem ao novo modelo de produção também os obriga a buscar outras alternativas de renda que possibilitem ao menos sua permanência no campo, se transformando em mão-de-obra barata para as indústrias que chegavam (CARNEIRO, 1996).

“Assim, gradativamente, o agricultor pluriativo se tornou ao mesmo tempo modelo e solução para o futuro da agricultura em “zonas desfavorecidas”. A aceitação e mesmo a adesão a essa forma alternativa de exploração, que não se sustentava mais exclusivamente na atividade agrícola, se estenderam para além da categoria dos agricultores tidos como “inviáveis” ou “marginalizados”, passando a atrair também aqueles que, após terem realizado o modelo modernizados, começaram a sofrer os efeitos de seu esgotamento” (CARNEIRO, 1996, p. 91).

Portanto, “a pluriatividade é considerada, por alguns autores, um produto da contradição gerada pelo progresso técnico” (CARNEIRO, 1996, p. 94). Se de um lado busca-se como nunca um aumento da produtividade, por outro a demanda por mão-de-obra na propriedade diminui, tornando a maior parte da atividade agrícola, uma atividade individual. Desta forma, a pluriatividade seria uma possibilidade alternativa diante do modelo produtivista (CARNEIRO, 1996). Esse debate nos leva a pensar então sobre a perenidade ou não do fenômeno. Diversos autores se debruçam sobre esta questão, buscando entender se o fenômeno seria estrutural ou apenas conjuntural, ou seja, ter uma essência estrutural significa ser permanente e nesse caso como uma adaptação dos agricultores familiares a um novo contexto que se instala. Enquanto ter uma essência conjuntural, significa ser flutuante, apenas como uma resposta a uma crise (CARNEIRO, 1996). Hoje sabemos que não se trata apenas de uma crise, e tal fenômeno tende a se desenvolver junto com o sistema e a realidade socioeconômica a qual cada realidade rural pertence.

Chayanov deposita grande importância no conceito de estratégia, ao se referir ao aumento da incidência de trabalhos não-agrícolas, especialmente na década de 1970 (SCHNEIDER, 2003b). Para ele a questão do ciclo demográfico familiar é fundamental nas

decisões sobre o tema trabalho, e que isso varia de acordo com a força de trabalho disponível dentro do núcleo familiar. Porém, não só este fator é capaz de influenciar nessa decisão, mas também o aparato tecnológico disponível dentro da propriedade (SCHNEIDER, 2003b).

Referências importantes mais recentes e atualmente bastante comprometidas com o estudo da pluriatividade, Marsden e Fuller, são obviamente apresentados pelos autores utilizados aqui (CARNEIRO, 1996; MATTEI, 2008; SCHNEIDER, 2003b). Para Marsden, argumenta Schneider, as constantes transformações que vem ocorrendo no meio rural e na agricultura, especialmente a partir da década de 1990, vem agregando novas funções a este espaços que antes eram dedicados exclusivamente as atividade agrícolas (SCHNEIDER, 2003b). Portanto, “Marsden vê a pluriatividade como uma configuração, por excelência, das relações de trabalho contemporâneas, decorrente dos processos recentes de relocalização econômica” (SCHNEIDER, 2003, p. 110). As novas possibilidades de trabalho, fruto das novas funções destinadas ao espaço rural por diferentes fatores, incluindo por ação do Estado, vem especialmente do consumo de bens materiais e simbólicos e serviços, especialmente ligados ao turismo. Desta forma, não apenas a modernização tecnológica da agricultura - que exclui os pequenos e diminui a demanda por mão-de-obra - mas também as novas funções exercidas pelo meio rural, seriam as responsáveis por uma generalização da pluriatividade (SCHNEIDER, 2003b). Ele enxerga:

“a pluriatividade como um fenômeno através do qual membros das famílias que habitam no meio rural optam pelo exercício de diferentes atividades, ou, mais rigorosamente, pelo exercício de atividades não-agrícolas, mantendo a moradia no campo e uma ligação, inclusive produtiva, com a agricultura e a vida no espaço rural.” (SCHNEIDER, 2003, p. 112).

Portanto, não é influenciada apenas por fatores exógenos com por exemplo o mercado de trabalho, mas também por decisões individuais e/ ou familiares (SCHNEIDER, 2003b). Resumindo a visão de Marsden sobre pluriatividade pelo olhar de Schneider, ele pressupõe que “as unidades familiares são compelidas a buscar novas fontes de renda fora da propriedade devido ao ingresso em um ambiente competitivo” (SCHNEIDER, 2003, p. 111).

Não muito diferente, Fuller vê a incidência da pluriatividade como uma estratégia utilizada pelas famílias rurais na sua relação com o ambiente externo e o mercado, onde a divisão interna do trabalho, assim como para Kautsky, tem bastante relevância (SCHNEIDER, 2003b). Uma contribuição muito importante de Fuller e lembrada por Schneider (2003) em sua revisão, é a ideia de que para os estudos sobre este fenômeno deve-se levar em consideração a

unidade familiar e não apenas o chefe da família, e sua reação a realidade econômica e social local. Mattei (2008) lembra que:

“Tradicionalmente, a decisão de ter uma segunda ocupação (agrícola ou não-agrícola) que gerasse novas fontes de renda às famílias era tida como sendo responsabilidade do chefe da exploração. Neste caso, desconsiderava-se a inserção produtiva do conjunto dos membros familiares e a família, enquanto uma unidade econômica e social, não era examinada” (MATTEI, 2008, p. 412).

Desta forma, Schneider entende que para Fuller a pluriatividade seria caracterizada pela “interação entre agricultura, unidade familiar e mercado de trabalho” (SCHNEIDER, 2003, p. 111) representada por “uma unidade produtiva multidimensional, onde se pratica a agricultura e outras atividades” (SCHNEIDER, 2003, p. 105). A mudança da unidade de análise nos estudos da pluriatividade foi um avanço bastante importante na busca pelas respostas relacionadas a este universo de pesquisa, inclusive no debate que se desenvolve no âmbito da realidade brasileira como veremos agora.

No Brasil, os estudos sobre pluriatividade são recentes. Apenas na década de 1990, o tema é introduzido nos debates brasileiros por meio da academia, no âmbito dos temas relacionados com as transformações causadas pela revolução verde e a proximidade com a cultura urbano-industrial no mundo rural (CARNEIRO, 2006; MATTEI, 2007), sobretudo em estudos “voltados para a Região Sul do país, onde a relação entre trabalho industrial e trabalho agrícola vem se tornando uma alternativa para pequenos agricultores” (CARNEIRO, 1996, p. 93). Nos dias atuais, os estudos tem se ocupado, além da construção de um arcabouço teórico, também do debate referente a relação da pluriatividade com o enfraquecimento da agricultura em unidades familiares agrícolas, mas também do papel da renda não agrícola da reprodução social e econômica da agricultura familiar. Portanto, não muito diferente do debate internacional, “nesses estudos sobre a pluriatividade na agricultura brasileira duas questões tornaram-se relevantes: a unidade de análise e os instrumentos estatísticos disponíveis para a mensuração do fenômeno” (MATTEI, 2007, p. 1063).

Além de Schneider (2003b, 2003a), Carneiro (1996, 2006), Da Silva (1997) e Mattei (2007, 2008) são referências importantes e talvez as principais no estudo da pluriatividade no mundo rural brasileiro. José Graziano da Silva, a partir de seu estudo feito a respeito da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - PNAD de 1992, identificou o crescimento do emprego não-agrícola dentre a população rural (SILVA, 1997). Para este autor o mundo rural brasileiro “não pode mais ser tomado apenas como o conjunto das atividades agropecuárias e

agroindustriais” (SILVA, 1997, p. 27). Ele percebeu, assim como outros autores, que o mundo rural brasileiro ganhou novas funções como, por exemplo, propiciar lazer; dar moradia a um segmento crescente da classe média alta; desenvolver atividades de preservação e conservação que propiciem o surgimento do ecoturismo e abrigar um conjunto de profissões tipicamente urbanas que estão se proliferando no meio rural em função da urbanização do trabalho rural (SILVA, 1997). Desde a década de 1980 os habitantes do meio rural tem, cada vez mais, a possibilidade de melhorar a renda familiar sem ter que migrar para cidade, a partir de trabalhos não-agrícolas existentes no campo ou em sua proximidade em detrimento do trabalho assalariado agrícola que vem diminuindo desde a década de 1990 (SILVA, 1997). Por outro lado, este autor ressalta que apesar deste dado, “a ocupação em atividades agrícolas só não vem caindo mais rapidamente porque vem crescendo o número de pessoas que se dedicam a atividades agrícolas em tempo parcial e de autoconsumo, especialmente nos segmentos da agricultura familiar” (SILVA, 1997, p. 25). A inclusão de atividades não-agrícolas, seria então, uma decisão familiar estratégica para manter ou melhorar sua qualidade de vida. Da Silva lembra que, devido ao “tempo parcial e o baixo rendimento”, as famílias que não se adaptam a pluriatividade e se mantêm exclusivamente na atividade agrícola, tende a se tornar economicamente empobrecida (SILVA, 1997). Ainda neste mesmo estudo e corroborando com o cenário que vem se formatando no mercado de trabalho das áreas rurais, Graziano (SILVA, 1997) lembra que já naquela época, as rendas agrícolas estavam entre as menores, nacionalmente falando, transformando a pluriatividade como opção para melhoria da renda da população rural brasileira (SILVA, 1997). Portanto, “isso significa que são as rendas provenientes das atividades não agrícolas que puxam para cima a renda média das pessoas residentes no meio rural brasileiro” (SILVA, 1997, p. 14).

Lauro Mattei (2007, 2008), da Universidade Federal de Santa Catarina, também se ocupa da busca pelo entendimento do fenômeno da pluriatividade. Além do artigo em que faz um levantamento histórico da noção, ele também apresenta importantes questões relacionadas a unidade de análise e outras questões metodológicas importantes para o avanço dos estudos nessa área, aqui no Brasil. Para ele, assim como para muitos autores, o fenômeno da pluriatividade tem sua origem na reestruturação capitalista que vem ocorrendo nas últimas décadas e suas consequências sociais e econômicas para agricultura familiar (MATTEI, 2008). Nesse contexto, o surgimento de novas atividades econômicas no meio rural por meio da integração da agricultura com outros setores econômicos, levou a uma alteração significativa na configuração do trabalho rural, incluindo uma diversidade de atividades econômicas não-

agrícolas (MATTEI, 2008). Associado a este fato, temos também a contribuição da modernização do processo produtivo na agricultura, que possibilitou uma individualização do trabalho agrícola, disponibilizando mão-de-obra que antes se dedicava a propriedade, para outras atividades, possibilitando “a redefinição das estratégias das famílias, tanto em termos das ocupações como em termos da geração de renda” (MATTEI, 2008, p. 420). Mas ele lembra, por outro lado, que as alterações ocorridas no contexto econômico e social atual, não impactaram apenas o que se refere a produção mas também ao consumo, a partir de novas demandas surgidas no campo (MATTEI, 2008), seja pelo simples aumento da renda monetária, seja pelo contato com a cultura urbano-industrial, fisicamente ou através dos modernos meios de comunicação. Para este autor, portanto, a pluriatividade é entendida

“não apenas como uma estratégia de sobrevivência ou de acumulação de capital, mas como resultado das inter-relações entre as dinâmicas das famílias, das explorações e do contexto socioeconômico onde essas famílias e essas unidades de exploração se inserem” (MATTEI, 2008, p. 417).

Desta forma, a pluriatividade sendo vista como uma reação a questões mais amplas, sociais e econômicas e portanto com caráter estrutural na realidade rural brasileira, faz com que a diversidade de formas com que ela pode se apresentar torne fundamental o entendimento do contexto socioeconômico do objeto a ser estudado (MATTEI, 2008). Este conjunto de informações certamente contribuirá para um melhor entendimento de definição da noção de pluriatividade. Um exemplo pode ser a variedade de motivos que levam uma família a decidir pela diversificação da renda por meio de atividades não-agrícolas. Mattei acredita que tal decisão, pode vir tanto de “uma estratégia de reprodução e de sobrevivência do produtor familiar como uma opção pessoal” (MATTEI, 2008, p. 412), com base em três variáveis identificadas por ele: “condicionantes familiares, às características das explorações e às condições do entorno socioeconômico” (MATTEI, 2008, p. 416). Para ele, estas variáveis podem ser ainda, de cinco naturezas distintas: econômica, social, pessoal, contextual e de lazer (MATTEI, 2008). A partir dessa reflexão fica claro o grande esforço dedicado por este autor, para caracterizar a pluriatividade buscando maior clareza no entendimento do fenômeno, mostrando suas diferentes facetas, em respostas a mudanças estruturais no campo. Por isso, para ele “a pluriatividade tende a se generalizar, tanto nos locais de produção agrícola como naqueles onde aparecem novas atividades econômicas (turismo, artesanato, lazer, preservação etc.)” (MATTEI, 2007, p. 1058).

Um outro debate fundamental e que ele também tenta contribuir, se refere a unidade de análise para os estudos de pluriatividade. Consenso entre a maior parte dos estudiosos do tema, esta questão foi um grande avanço e ele também entende que a família é a unidade de análise adequada para o estudo de tal fenômeno, pois “a força dessa noção está no fato de considerar os aspectos relacionados ao trabalho de todos os membros familiares e a sua inserção nos sistemas econômicos e sociais” (MATTEI, 2008, p. 413). Entendida como um “ator coletivo”, a família deve sobrepor a produção enquanto unidade de análise pois é na família que irá se identificar de maneira mais assertiva, o fenômeno, já que “ela é o agente integrador no interior dos estabelecimentos agropecuários; é nas inter-relações entre os domínios de parentesco e do trabalho que se encontram as principais relações que articulam e estruturam os indivíduos na unidade familiar e na própria produção; e a unidade familiar permite identificar as relações de força entre os agentes sociais situados diferentemente na esfera do parentesco ou da produção” (MATTEI, 2007, p. 1065). Mas é importante também atentar para ressalva feita por ele no sentido de ao analisar a família, não ignorar que dentro daquele coletivo familiar, com estratégias e projetos comuns, também existem estratégias e projetos individuais, pois como bem ele bem lembra, “a família está constantemente em mutação, quase se transformando em um agregado de estratégias individuais, as quais nem sempre estão ligadas às atividades das explorações agrícolas” (MATTEI, 2007, p. 1066).

Dentre os autores brasileiros apresentados, talvez a principal referência para esta pesquisa seja Maria José Carneiro (1996, 1998, 2006, 2009). Muito pela região onde ela desenvolve suas pesquisas, portanto, com uma realidade bem semelhante a área de estudo desta dissertação, mas também e talvez como consequência, pela forma que ela lê e entende o fenômeno, contribuindo de forma significativa para a evolução da noção de pluriatividade. Importante ressaltar duas questões muito pertinentes. Das principais referências, Carneiro é a única que não tem a região sul como objeto de análise e isso contribui com a riqueza dos debates acadêmicos sobre o tema na realidade brasileira da mesma forma que a sua análise crítica feita a respeito da evolução do termo.

Para ela, a heterogeneidade do fenômeno da pluriatividade não deveria caber em um termo tão elástico, sendo este talvez o maior fator de inexatidão do termo e consequentemente do uso que se faz dele (CARNEIRO, 1996). Desta forma, segundo esta mesma autora, o esforço acadêmico deve ir no sentido de “construir novos modelos de análise e descrever as referências empíricas que servem de suporte às argumentações teóricas” (CARNEIRO, 1996, p. 89).

Buscando um padrão para o uso da noção de pluriatividade com o objetivo de diferenciar de outros fenômenos da história da agricultura familiar, definindo de forma clara o objeto de pesquisa, ela estimula o debate acerca deste assunto. Para ela, uma definição básica para se avançar as pesquisas, se refere ao contexto em que estão inseridos os agricultores familiares. Desta forma, é necessário diferenciar em que conjuntura a associação de atividades agrícolas com não-agrícolas no meio rural, está ocorrendo, pois, segundo ela, esta “é uma prática tão antiga quanto é o campesinato no Brasil e no mundo” (CARNEIRO, 2006, p. 10). A pluriatividade para ela é um fenômeno recente, que está totalmente alicerçado nas transformações que vem ocorrendo desde a implantação do sistema de produção capitalista no campo, portanto com data e contexto macro socioeconômico definido, representado pela “intensificação da inserção da agricultura familiar no circuito das trocas mercantis” (CARNEIRO, 2006, p. 3). Assim, ela defende a tese de que

“se quisermos atribuir um conteúdo heurístico a essa noção, de maneira que ela qualifique um fenômeno novo, devemos nos ater a determinados contexto socioeconômicos nos quais a combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas por famílias agrícolas corresponda à dinâmica do que poderíamos denominar genericamente e de forma provisória, de “ruralidade contemporânea” (CARNEIRO, 2006, p. 6).

Ela também acredita na perenidade do fenômeno, sendo ele tanto de origem conjuntural quanto estrutural, podendo ser localizado ao menos no tempo, sem fazer parecer que “tudo” é pluriatividade, o que definitivamente para Carneiro, não é. Para esta autora a pluriatividade é fruto de um processo que teve início com a transferência da lógica da indústria, para o campo e o “estabelecimento de um modelo único de exploração agrícola, sustentado em especialização da produção (e do trabalho) e em produtividade e rentabilidade crescentes” (CARNEIRO, 1996, p. 93). Portanto, Carneiro (1998) vê “o fenômeno da pluriatividade como uma forma alternativa de explorar a agricultura e, em consequência, como uma possibilidade de reelaboração de identidades sociais” (CARNEIRO, 1998, p. 73). Para ela, a pluriatividade é uma resposta ao modelo produtivista pela força da cultura da agricultura familiar, ou seja, uma adaptação aos novos contornos do meio rural, espacialmente na sua relação com a cidade e a cultura urbano-industrial (CARNEIRO, 1998). Em distintas situações e por diferentes motivos, novas oportunidades de trabalho no meio rural tem estimulado o crescimento da pluriatividade no Brasil por serem geralmente mais atrativos financeiramente do que as atividades na agricultura, e ao contrário do que seria mais óbvio, a renda obtida com atividades não-agrícolas tende a fortalecer a autonomia do agricultor familiar, uma de suas principais características enquanto grupo social (CARNEIRO, 2006). Desta forma:

“Nessa perspectiva, a pluriatividade, entendida como a combinação da atividade agrícola com atividades não-agrícolas por uma mesma unidade familiar, seria uma decorrência de um “transbordamento do urbano sobre o rural” (Silva, 1999) responsável pela introdução de novas alternativas de trabalho para a população rural, sobretudo aquela composta por famílias de pequenos agricultores” (CARNEIRO, 2006, p. 2).

Nesse sentido, considerando o fenômeno da pluriatividade como uma adaptação a um modelo de agricultura que vem sendo instaurado há décadas, Carneiro (2006) destaca a importância de olhar para o pluriativo com um cuidado metodológico, pois para ela estes seriam o “embrião de uma nova camada social”, na qual seus valores seriam um híbrido de urbano com rural. Desta forma, mas não somente por isso, também para esta autora, a unidade de análise deve ser a família, “levando em conta as fases do ciclo doméstico, a lógica das relações intrafamiliares e os valores subjacentes” (CARNEIRO, 1996, 100). Essa lógica se fortalece se pensarmos na influência da cultura urbano-industrial nas dinâmicas modernas do meio rural. Isso porque segundo Carneiro, cada vez mais, especialmente os jovens, influenciados pela proximidade cada vez maior com essa lógica cultural, buscam formações e trabalhos não-agrícolas “visando a obtenção de uma autonomia financeira ou mesmo uma complementação da renda familiar” (CARNEIRO, 2006, p. 12). Esse confronto de diferentes culturas associado às mudanças na dinâmica agrícola do mundo rural, ocorreria, pelo menos na região serrana fluminense, pela “diminuição da atividade agrícola e o deslocamento da mão-de-obra para atividades não agrícolas relacionadas à expansão do turismo e à dependência quase completa do mercado para a aquisição e venda de alimentos” (CARNEIRO, 2009, p. 166). Esse é um ponto fundamental deste debate, para o que proponho com esta dissertação: o papel da pluriatividade na mudança ou permanência de hábitos alimentares entre famílias agrícolas, já que:

“as mudanças nas condições de produção, de venda e de acesso aos alimentos provocaram uma alteração no ritmo de vida e na dinâmica da economia local que surtiu efeito na avaliação sobre os alimentos e nas práticas alimentares, sobretudo nas gerações mais jovens” (CARNEIRO, 2009, p. 166).

Assim, na realidade da pesquisa aqui apresentada, a facilidade de acesso aos centros urbanos mais próximos bem como o fortalecimento da atividade turística no meio rural de Nova Friburgo tem estimulado o crescimento da pluriatividade entre as famílias agrícolas e, ainda segundo Carneiro (1998), com a possibilidade de trabalho com o turismo, as condições de renda das famílias melhoraram consideravelmente apresentando diversas vantagens em relação as atividades agrícolas. Portanto, diante do contexto na qual está inserido o município foco deste trabalho, e após todo este levantamento, fica evidente a importância do fenômeno da

pluriatividade nas mudanças de hábitos alimentares de famílias agrícolas. Seja pelo incremento da renda monetária familiar, pelas influências culturais advinda das interações sociais realizadas “fora” de sua comunidade ou pela menor dedicação a produção para autoconsumo, sendo esta última também fundamental para os objetivos desse trabalho.

Portanto, assim como a pluriatividade, a produção para autoconsumo também pode ser um parâmetro interessante para se identificar alterações significativas no hábito alimentar de famílias agrícolas, inclusive do município estudado. A relação óbvia desta prática com os hábitos alimentares faz dela fator fundamental para entender mudanças e permanências, já que, segundo Grisa *et al* (2010), “o autoconsumo deve ser interpretado: como uma estratégia que é utilizada pelas unidades familiares visando garantir a autonomia sobre uma dimensão vital: a alimentação” (GRISA; GAZOLLA; SCHNEIDER, 2010, p. 67). Desta forma, quase que naturalmente, a presença de produção para autoconsumo em uma unidade agrícola familiar, reflete uma presença de tradição alimentar, pelo menos nos alimentos provenientes dessa produção, já que o que é plantado para este fim, é totalmente escolhido pela família, segundo seus hábitos e preferências. Chayanov (1974) *apud* Gazolla e Schneider (2007), ressalta que a produção para autoconsumo possibilita a segurança alimentar em sentido amplo (MALUF, 2004), permitindo que as famílias supram suas demandas alimentares “sem se desfazer da sua ‘cultura’ alimentar, do seu corpo do saber relacionado ao consumo, ao preparo e aos hábitos alimentares que foram herdados dos seus ascendentes” (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2007, p. 116).

A produção para autoconsumo, “também denominado como produção para auto provisionamento ou «pro gasto», refere-se a toda produção realizada pela família cujos produtos são destinados ao seu próprio consumo” (GRISA; GAZOLLA; SCHNEIDER, 2010, p. 66). Sempre foi uma das principais estratégias de reprodução social dos camponeses – no Brasil, agricultor familiar. Aliás, a produção agrícola em sua origem, era voltada primeiramente para este fim, sendo comercializado/ trocado apenas o excedente desta produção. Portanto, podemos afirmar, com base em diversos estudos do tema (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2007; GRISA, 2007; GRISA; GAZOLLA; SCHNEIDER, 2010; GRISA; SCHNEIDER, 2008; PLOEG, 2008), que é quase vital para a agricultura familiar a dedicação mesmo que hoje em dia parcial, a produção própria de alimentos. A garantia de autonomia e ao mesmo tempo diminuição da vulnerabilidade garantem este papel de destaque dentro da agricultura familiar e seus hábitos

alimentares. Pode-se dizer que trata-se de uma ação estratégica produzir para consumo próprio, afinal

“o autoconsumo é um dos fatores explicativos da condição social e econômica das unidades familiares e configura-se como uma estratégia de fortalecimento da autonomia das mesmas, sendo a autonomia compreendida nos termos de Ploeg (1990) - um processo que confere às unidades familiares maior controle sobre o processo produtivo e, por conseguinte, sobre a reprodução social” (GRISA, 2007, p. 8).

Outros autores ainda corroboram afirmando que “a produção de auto provisionamento é a base sobre a qual se assenta, materialmente, grande parte da reprodução social e alimentar do grupo doméstico e o ponto de partida para que as unidades de produção consigam diversificar suas estratégias de vivência. Diversificação das estratégias de vivência propicia um lastro mais amplo por onde se assentaria o desenvolvimento das formas familiares de produção e trabalho, garantindo, assim, uma base diversa e multilinear de reprodução social (Gazolla: 2004)” (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2007, p. 98).

Porém, apesar de tanta importância, nas últimas décadas, especialmente a partir da década de 70, as transformações pelas quais vem passando a agricultura tem afetado de forma negativa a prática de produzir alimento para o próprio consumo. Ou seja, como afirmou Grisa (2007), “neste contexto de mercantilização e externalização da agricultura, a produção para autoconsumo, ou produção de alimentos “pro gasto” como denominam os agricultores, também é afetada” (GRISA, 2007, p. 7). Esta mesma autora afirma que esta estratégia vem sendo enfraquecida e a alimentação das famílias vem se alterando agregando novos ingredientes e produtos, disponibilizados nos mercados. Para ela alguns fatores contribuem para este enfraquecimento, são eles: a redução do tamanho das propriedades; a concentração das atividades agrícolas em poucos cultivos e/ou criações; a facilidade de acesso a mercados locais e o aumento da oferta de alimentos neles disponíveis (MENASCHE; MARQUES; ZANETTI, 2008). Pensando nas rendas não-agrícolas – fundamental para esta pesquisa a partir da análise da pluriatividade devido a realidade de Nova Friburgo – e na sua influência sobre a prática de produzir para autoconsumo, “depende do tempo dedicado à atividade não-agrícola, do número de pessoas na família e de quem a executa. Mas, análogo a previdência social, esta renda oferece estabilidade podendo favorecer a aquisição de alimentos via mercados” (GRISA; GAZOLLA; SCHNEIDER, 2010, p. 71). Porém, apesar de tudo isso estes mesmos autores reafirmam a recorrência ainda observada desta prática.

Dentro de todo conhecimento acadêmico acumulado acerca da temática relacionada com a produção para autoconsumo, é fundamental lembrarmos das contribuições clássicas de Chayanov (1974) e Wolf (1976) que já haviam identificado a importância social e econômica do autoconsumo para os camponeses (GRISA, 2007). Atualmente, diversos autores brasileiros se dedicam a entender tal dinâmica e o foco da maioria das abordagens, considera a produção para autoconsumo como uma estratégia fundamental de garantia da segurança alimentar e nutricional dos agricultores (GRISA, 2007). Isso ocorre pois ela possibilita a atuação nas principais dimensões e todos os princípios que norteiam o conceito de segurança alimentar e nutricional cumprindo diversos papéis na comensalidade de famílias agrícolas (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2007). Portanto, “os principais papéis da produção para autoconsumo estão ancorados em alguns princípios fundantes do conceito de segurança alimentar (cf. Maluf et al., 2004)” (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2007, p. 113).

São três os princípios do conceito de segurança alimentar e nutricional identificados por Maluf (2004). O primeiro é o acesso ao alimento em quantidade suficiente. A produção para autoconsumo garante autonomia aos agricultores na obtenção de alimento, que além de garantir o acesso, garante também uma economia monetária ao agricultor (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2007). O segundo, a qualidade nutricional dos alimentos acessados pelos indivíduos. “Nesse sentido, a produção para autoconsumo é sempre interpretada como geradora da segurança alimentar por conter uma qualidade nutritiva que seria “superior” aos alimentos da cidade” (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2007, p. 113). E o terceiro é o respeito cultural ao ato de se alimentar, ou seja, aos hábitos alimentares dos diferentes grupos sociais (MALUF, 2004). Então, “a não-vulnerabilização do autoconsumo gera a conservação dos hábitos alimentares, os quais, por sua vez, estão ligados à manutenção da bagagem cultural histórica das gerações ascendentes de agricultores do território” (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2007, p. 116).

Grisa (2007) enumera ainda o que ela considera sete funções que a produção para o autoconsumo tem na reprodução social e autonomia da agricultura familiar: internalização e segurança alimentar – “manter internamente à unidade familiar a satisfação de uma das necessidades principais para a reprodução social, a alimentação”; diversificação dos meios de vida – “o autoconsumo constitui uma importante fonte de renda, e, assim, auxilia na estabilidade socioeconômica das unidades familiares”; economização – economia monetária com compras em mercados; co-produção – “utiliza os recursos disponíveis no estabelecimento e, ao mesmo tempo, os fortalece e recria para os ciclos futuros, contribuindo, assim, para a autonomia das

unidades familiares”; alternatividade – “esta possibilidade proporciona maior autonomia à família, que pode utilizar diferentes estratégias para enfrentar situações adversas ou apoderar-se de momentos propícios, sem comprometer a esfera da alimentação”; sociabilidade – “alimentos estão presentes em muitos momentos da vida social, como em encontros, festas, e ainda parte desta produção é destinada a trocas e/ou doações para filós vizinhos, parentes e amigos”; identidade – “Não produzir para o autoconsumo, além de fragilizar a reprodução social, compromete a identidade social de agricultor” (GRISA, 2007, p. 14 a 30). Carneiro (2009), também alerta para esta característica primordial da produção para autoconsumo, que é propiciar a sociabilidade e a reprodução social de uma comunidade já que para ela, “duas práticas – a roça de alimentos para o autoconsumo e a troca entre os próximos – se combinam na garantia da vida social e física” (CARNEIRO, 2009, p. 169).

Em termos metodológicos, duas questões são apresentadas por Grisa, Gazolla e Schneider (2010), para contribuir na execução de trabalhos nessa área temática. Eles falam tanto da definição variável do que é autoconsumo, como de algumas possibilidades de procedimentos a serem utilizados para o levantamento e conhecimento da produção para autoconsumo de dada realidade (GRISA; GAZOLLA; SCHNEIDER, 2010). Definição variável porque assim como os procedimentos utilizados, ela também irá depender do recorte e dos objetivos do pesquisador. Dentro desta pesquisa, a noção de autoconsumo estará diretamente ligada ao que entendemos como item alimentício que compõe a dieta alimentar das famílias estudadas. Tudo isso exposto, creio que fica clara o motivo de analisar a produção para autoconsumo como parâmetro para entender alterações no hábito alimentar de famílias agrícolas. Atividade fortemente impactada pelas transformações do mundo rural e que está diretamente ligada a alimentação da população do campo. A perda de importância da produção para autoconsumo ao longo dos anos, implica em mudanças de hábitos alimentares com a inclusão de novos itens e exclusão de outros.

Desta forma, todo esse processo que se escora na perda da produção para autoconsumo, e na transformação cultural alimentar de populações rurais contemporâneas, Balem e Silveira denominam “erosão cultural alimentar”, que significa a perda de hábitos alimentares tradicionais representados por uma alimentação “alicerçada na cultura do agro”, e a incorporação de novos hábitos, com a “adoção de práticas e hábitos alimentares urbanos” (BALEM; SILVEIRA, 2005, p. 4). Dessa forma, a dependência em relação a renda monetária pode precarizar significativamente a alimentação do agricultor, o afastando muitas vezes da atividade agrícola (BALEM; SILVEIRA, 2005).

“A necessidade de custear gastos com a aquisição de alimentos para consumo diário, leva naturalmente a uma simplificação alimentar, onde a dieta do agricultor pouco se diferencia da dieta das populações da periferia dos grandes centros urbanos, precarizadas no acesso a uma alimentação rica pelo fator econômico” (BALEM; SILVEIRA, 2005, p. 4).

Estas transformações estão mexendo de maneira bastante profunda atuando diretamente no modo de vida da população rural, transformando o agricultor em produtor, por meio de uma perda cultural que age sobremaneira no universo alimentar e portanto, na diversidade alimentar e na segurança alimentar e nutricional dessa parcela da sociedade. Nesse aspecto, a relação alimento e cultura, torna-se fundamental para se compreender os hábitos alimentares e suas variações, pois para Garine (1987), “o homem se alimenta de acordo com a sociedade a que pertence” (GARINE, 1987, p. 4 apud SALAMI, 2009, p. 20), ou seja, se alimentar é um fato cultural, portanto sujeito a influências e variações ao longo do tempo. Afinal, como afirma Salami com base em Fischler (1995), “todos os sistemas alimentares podem sofrer alterações de forma imprevisível, mas não sem antes haver uma aparente resistência pautada na inércia ou na recusa” (SALAMI, 2009, p. 21). Existe uma disputa entre o tradicional e o moderno, que faz com que alguns hábitos permaneçam mas outros sejam substituídos ou ainda que alguns sejam apenas incorporados. Aliado a isso, com base em alguns autores, Salami (2009) lembra da importância da frequência de consumo para formação, ou transformação dos hábitos alimentares.

Logo, tendemos quase sempre para o que alguns autores chamam de hibridismo alimentar, no qual devido ao contato entre diferentes culturas, os hábitos vão se fundindo e se misturando (GOODMAN; DUPUIS; GOODMAN, 2012; MALUF; ZIMMERMANN, 2020) e para o qual “os elos estreitos, porém nada óbvios entre os meios rural e urbano, são essenciais na compreensão da coexistência e mescla de hábitos alimentares herdados e incorporados” (MALUF; ZIMMERMANN, 2020, p. 51). Nesse sentido, Salami utiliza em sua dissertação, a definição de hábitos alimentares encontrada, segundo ela, em Garine (1987), quando este recorre a Mead e Guthe (1945), definindo como “o estudo dos meios pelos quais os indivíduos, ou grupos de indivíduos, respondendo a pressões sociais e culturais, selecionam, consomem e utilizam porções do conjunto de alimentos disponíveis” (SALAMI, 2009, p. 19), se aproximando bastante da ideia deste estudo.

Portanto, diante de tudo exposto e buscando um alinhamento teórico para esta pesquisa, será utilizada a noção de hábitos alimentares no seu sentido sociocultural, a partir da relação entre diferentes culturas, e socioeconômico, no sentido de entender a relação da alimentação

com todas as transformações que vem ocorrendo no rural. O entendimento de hábito alimentar neste trabalho estará baseado principalmente do que se refere ao consumo alimentar, não incluindo, necessariamente, modos de preparo e utilização, e toda história gastronômica das famílias estudadas, mas sim um entendimento relacionado aos itens que eram consumidos e não são mais e os que não eram e passaram a ser, junto com as motivações que levaram a essa mudança ou permanência, tendo como foco a produção para autoconsumo e a pluriatividade, dentro do contexto apresentado até aqui, especialmente no primeiro capítulo. Compreende-se que a partir da identificação dessas alterações, será possível inferir mudança ou permanecia por meio dos itens alimentícios consumidos, associando ou não a relação campo – cidade e todas as transformações ocorridas no mundo rural nas últimas décadas. O recorte histórico para entender tal processo será de quarenta anos, especialmente pelo fato de ter sido por volta da década de 1980 que as consequências da modernização agrícola e toda mudança na relação cidade – campo começaram a ocorrer, incluindo na área de estudo.

As mudanças ocorridas na agricultura, a inserção dos agricultores de São Pedro da Serra em uma lógica globalizada baseada na especialização e no uso excessivo de insumos, bem como o desenvolvimento da atividade turística e a movimentação do mercado imobiliário naquela localidade, desencadearam outros fenômenos que com o tempo vem alterando a forma de viver dessas famílias que antes viviam apenas da agricultura, sendo esta muitas vezes, voltada principalmente para subsistência. Portanto, “há uma progressiva desvinculação da agricultura familiar com os cultivos de subsistência, o que a nosso ver fere diretamente o “ser agricultor”, ou seja, a essência de agricultor familiar” (BALEM; SILVEIRA, 2005, p. 2).

As entrevistas deixam claro que a dita “correria” do dia-a-dia, associada a maior oferta de produtos no mercado, alterou substancialmente a relação dos agricultores com a produção para subsistência, incluindo novos e nem tão bons ingredientes em suas dietas. Antes, poucas coisas eram compradas fora da propriedade, sendo uma das principais o sal. A grande maioria dos itens consumidos eram produzidos na propriedade incluindo açúcar e carnes. Das hortas e roças saia uma variedade muito grande de itens como aipim, inhame, banana, feijão, frutas variadas, hortaliças e ervas também bastante variadas. Da mata retiravam outras frutas, o palmito (bastante importante no hábito alimentar dos nativos). Também se produzia toda carne consumida, tais como galinha, porco, gado. Era uma dedicação que permitia uma produção rica e variada utilizando-se as técnicas tradicionais de produção, baseada no pousio e no fogo controlado. As mudanças na agricultura, associado as leis ambientais, criminalizaram tais

técnicas e na tentativa de se adaptar ao novo modelo, essa variedade e qualidade na produção praticamente desapareceram.

Hoje em dia o máximo que se encontra para consumo próprio são as hortas. Isso ocorre porque as exigências do mercado fazem com que o agricultor se especialize e tenha que produzir muito de um, dois no máximo três produtos. Portanto, a dedicação a produção variada que visava a subsistência das famílias perdeu espaço para a produção comercial mais especializada. Ela, juntamente com as novas atividades não agrícolas que começaram a aparecer principalmente a partir da década de 80 quando o turismo começou a se desenvolver na região, também contribuíram para menor dedicação as lavouras de subsistência. A mulher tem papel fundamental nesse processo já que enquanto antes ela ficava em casa e muitas vezes se dedicava a produção de subsistência, especialmente da criação, da horta e do pomar, hoje ela está trabalhando fora para poder complementar a renda da família pois a agricultura muitas vezes não dá conta sozinha. Portanto, a produção para autoconsumo hoje acaba se restringindo ao quintal, com poucas espécies vegetais e um ou outro animal. A necessidade de dividir os membros da família em diferentes atividades, incluindo as não agrícolas, diminui a mão de obra disponível na propriedade e a produção para autoconsumo sofreu os reflexos dessa mudança. O modelo agrícola ao qual os agricultores familiares se veem inseridos, diferente dos modelos tradicionais de produção de alimentos prevê, para atender as necessidades do mercado, a diminuição drástica da diversidade do que se planta e consequentemente do que se come. Isso se reflete na dieta e no hábito alimentar já que segundo Salami (2009), para Altieri “essa estratégia de minimizar o risco através do cultivo de várias espécies e variedades de plantas estabiliza a produtividade a longo prazo, promove a diversidade do regime alimentar e maximiza os retornos com baixos níveis de tecnologia e recursos limitados” (SALAMI, 2009, p. 23). Neste mesmo contexto,

“Monney (1987) nos lembra que os povos pré-históricos encontravam alimentos em mais de 1500 espécies de plantas silvestres e pelo menos 500 vegetais foram utilizados na agricultura antiga. No espaço de mil anos a diversidade de nossos alimentos vegetais reduziu-se às 200 espécies cultivadas pelos pequenos horticultores e às 80 espécies preferidas pelos produtores comerciais” (SALAMI, 2009, p. 32 e 33).

A facilidade de acesso a mercados e produtos de todo tipo, é outro fator que contribui para a menor dedicação à produção para autoconsumo. Essa questão é fundamental nas mudanças que vem ocorrendo no hábito alimentar dos agricultores da área de estudo e toca

diretamente do ponto relacionado a soberania e segurança alimentar e nutricional, ou seja, a qualidade dos alimentos inseridos na dieta desses agricultores nos últimos quarenta anos.

É nítido pelas entrevistas e pela literatura disponível que a percepção sugere um aumento da diversidade de alimentos consumidos, a partir de tudo que vem sendo discutido nessa pesquisa. A modernização da agricultura, o aumento da mobilidade, o desenvolvimento da atividade turística e todas as mudanças que vem junto em relação aos modos de vida, são fatores que contribuíram em alguma parcela para a oferta maior de variedades de produtos alimentícios. Essa variedade se dá especialmente nas prateleiras dos supermercados pois em relação ao que é produzido nas pequenas propriedades a diversidade diminuiu. Carneiro alertou para esta percepção entre os agricultores familiares de São Pedro da Serra, pois segundo ela,

“Há uma concordância dos mais velhos sobre a maior diversidade da lavoura familiar no passado, quando “se plantava de tudo um pouco” e havia a criação de quintal, o que é responsável pela ideia de “fartura”. No entanto, a alimentação é tida como mais variada hoje, quando “tudo é mais fácil”. Ainda que tenha ocorrido perda da qualidade dos alimentos, como já apontamos, a percepção é a de que se come melhor atualmente porque a comida é “mais variada” e tem “mais carne”” (CARNEIRO, 2009, p. 167).

A modernização da agricultura tem papel primordial pois segundo Salami em seu estudo em Santa Catarina concluiu que “tal situação contribuiu para o comprometimento da produção da agricultura familiar, resultando na redução da diversidade de cultivos e pela demanda por altos rendimentos provenientes de determinadas culturas” (SALAMI, 2009, p. 24). Portanto, este mesmo autor menciona Pinheiro (2005) para ressaltar a falsa sensação de diversidade pois a diversidade de produtos não significa uma diversidade da alimentação, garantindo qualidade aquilo que se come. Hoje, “a quase totalidade dos alimentos são elaborados com 3 ou 4 matérias primas (milho, soja, arroz e trigo) revelando um processo de homogeneização dos alimentos, empobrecimento das dietas e monotonia alimentar (PINHEIRO, 2005, p. 255)” (SALAMI, 2009, p. 32).

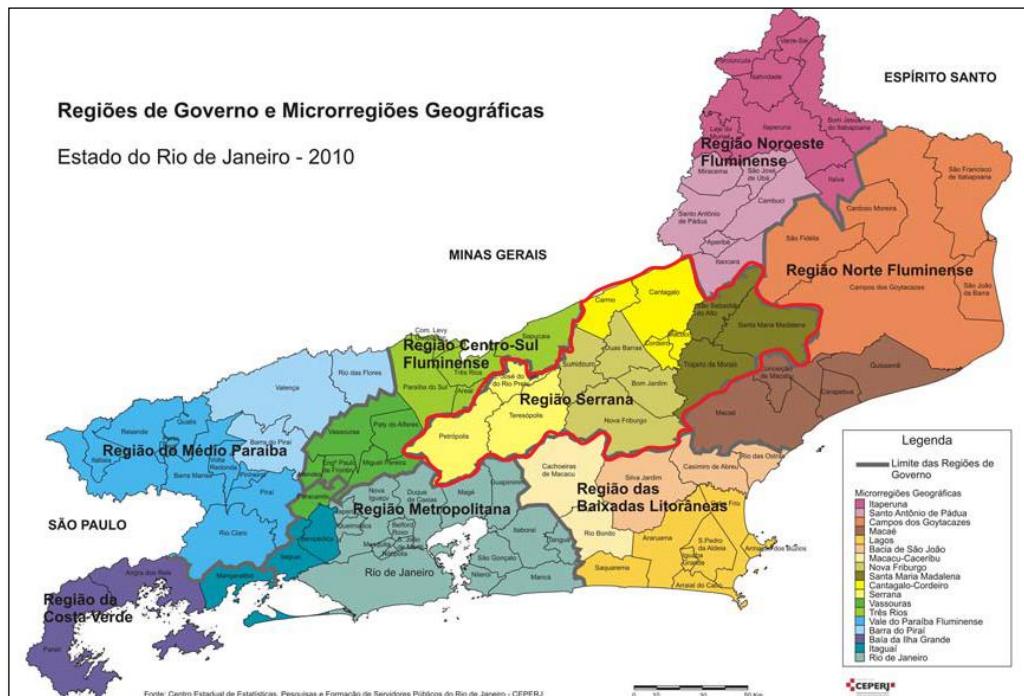
No próximo capítulo são apresentados os resultados do trabalho de campo realizado junto as famílias de agricultores, buscando entender de que forma o fenômeno da pluriatividade e da produção para autoconsumo estão influenciando o hábito alimentar das famílias entrevistadas. Fundamental destacar que entende-se que os conceitos estão interligados, influenciando um no outro, juntamente com as mudanças na forma de produzir, como abordado no primeiro capítulo.

III. SÃO PEDRO DA SERRA, AGRICULTURA E FAMÍLIAS AGRÍCOLAS – APRESENTANDO A ÁREA DE ESTUDO

O município de Nova Friburgo, na região serrana do Estado do Rio de Janeiro, historicamente tem uma vocação voltada para agricultura e para o fornecimento de alimentos para a capital do Estado. Localizado entre as bacias hidrográficas dos Rios Macaé e Paraíba do Sul, apresenta grande oferta de água e uma parcela considerável de remanescentes da Mata Atlântica. Este fato torna-se importante neste contexto pois estas características influenciam de diferentes formas a atividade agrícola familiar da região. Tanto pelo viés conservacionista que se instala na região especialmente após a criação da Área de Proteção Ambiental de Macaé de Cima (APAMC), que tem papel fundamental no caminho percorrido pela localidade, tanto em relação ao crescimento do turismo quanto em relação as limitações impostas à agricultura familiar (CARNEIRO; PALM, 2015).

A figura 2 apresenta o mapa das Regiões do Estado do Rio de Janeiro, com destaque para Região Serrana, onde está localizado o município de Nova Friburgo e o distrito de São Pedro da Serra.

Figura 2 - Mapa das regiões do Estado do Rio de Janeiro, com destaque para Região Serrana.

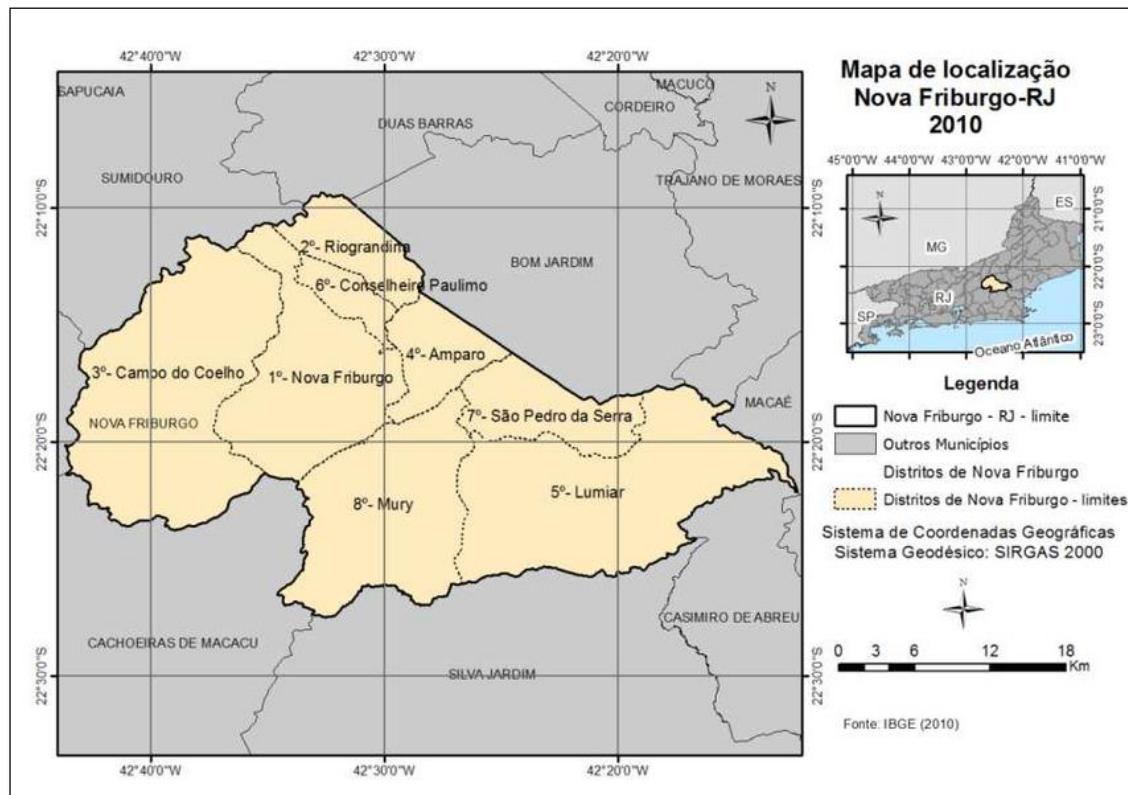


Fonte: TCE/RJ

O distrito de São Pedro da Serra, localidade foco deste trabalho, é o sétimo distrito de Nova Friburgo e é uma região que vem acompanhando de maneira profunda todas as

transformações que vem ocorrendo no rural contemporâneo como abordado no primeiro capítulo. Distante aproximadamente 40 Km do centro do município, esta localidade vem se desenvolvendo significativamente devido à expansão imobiliária provocada pela intensificação da atividade turística, associado a produção agrícola familiar e ao trabalho assalariado nas fábricas de roupas íntimas (CARNEIRO; PALM, 2015, 2016; NEVES, 2000), representando uma área de estudo interessante no que diz respeito as transformações que vem ocorrendo na agricultura familiar desta região. Os impactos causado há décadas, com a expansão do turismo, influencia de maneira variada, mas igualmente comprometedora, a atividade agrícola familiar. Neste contexto a alimentação foi o foco utilizado para entender as transformações do mundo rural de São Pedro da Serra. A figura 4 apresenta o mapa do território do município de Nova Friburgo, com a localização dos seus 8 distritos, incluindo São Pedro da Serra.

Figura 3 - Mapa de Nova Friburgo e seus oito distritos.



Fonte: https://www.researchgate.net/figure/Figura-1-Localizacao-do-municipio-de-Nova-Friburgo-RJ-FonteO-autor-2015_fig1_304583834

Historicamente, o município tem sua origem em um projeto de colonização agrícola promovido por Dom João VI, com o intuito mais óbvio de promover a agricultura diversificada nas proximidades da cidade do Rio de Janeiro, mas também, como afirmam Carneiro e Palm (2016) como o objetivo de promover “o branqueamento racial; a ocupação de 'vazios

demográficos'; a valorização fundiária destas terras, a disseminação de técnicas e produtos praticados na Europa; além da vinculação da produção oriunda destas regiões aos circuitos mercantis estabelecidos" (CARNEIRO; PALM, 2016, p. 183). Desta forma, em 1818 foi criada uma colônia de suíços onde posteriormente viria a ser o município de Nova Friburgo, como mostra a passagem encontrada em Neves (2000):

"Nova Friburgo foi, no século XIX, uma área de colonização agrícola idealizada por D. João VI que, através de um decreto que data de maio de 1818, autorizou a vinda de cerca de 2.006 (dois mil e seis) imigrantes suíços, oriundos da região do Cantão Friburgo, para ocuparem a fazenda do Morro Queimado (hoje Duas Pedras) no caminho do Cantagalo. Tal medida visava, principalmente, à criação de uma área de colonização, baseada em pequenas propriedades policultoras, que atenderia ao mercado da cidade do Rio de Janeiro" (NEVES, 2000, p. 77).

Porém, como as terras disponibilizadas para estes imigrantes não eram, segundo os imigrantes assentados, adequadas para as atividades que seriam desempenhadas por estas famílias, eles se dispersaram em busca de terras mais apropriadas e "dessa dispersão, resultou a ocupação da região que hoje é formada pelos distritos de Lumiári e São Pedro da Serra (CARNEIRO; PALM, 2016, p 182). Portanto, com origem eminentemente agrária e povoamento iniciado justamente pelos suíços que começaram a colonização de Nova Friburgo, São Pedro da Serra ainda hoje conta com uma atividade agrícola significativa, baseada na estrutura familiar. Por outro lado, este processo, como lembram Carneiro e Palm (2016), não passou em branco na configuração sócio cultural da população de São Pedro da Serra, pois

"o constante deslocamento em busca de terras mais apropriadas à agricultura deixou expressivas marcas na trajetória dessas famílias de migrantes, podendo ter sido responsável pela ausência de uma identidade centrada na origem étnica, como também pela curta memória genealógica que marcam o modo de vida desta população" (CARNEIRO; PALM, 2016, p. 182 e 183).

O relevo acidentado também teve papel importante na escolha do local de instalação desse projeto de colonização, pois as dificuldades apresentadas pelo relevo e pelo acesso naquela época fizeram com que nenhum grande capital capturasse ela, como ocorreu em outras regiões do Estado (Alentejano, 2005). O mesmo afirma que até o início do século XX, era

"uma vasta região cujo elemento de unidade é a topografia acidentada, estendendo-se do litoral sul até o noroeste do estado, passando pela área da Serra dos Órgãos, a qual, por não ser reivindicada por nenhuma fração expressiva do capital, mantinha-se como área de fronteira e como tal, de reprodução do campesinato, dentre eles, antigos

escravos recém libertados e imigrantes (principalmente alemães e suíços)” (ALENTEJANO, 2005, p. 52).

Em termos de desenvolvimento econômico, o município passou por algumas fases as quais resolvi separar em temas que foram e são fundamentais para o entendimento relativo ao desenvolvimento econômico do município. Ao longo do texto, estes temas não necessariamente seguem uma lógica puramente temporal, apesar de buscar localizar o leitor no tempo em relação a cada um. São eles: mobilidade e comunicação com outras regiões, rompendo o isolamento do município; agricultura e produção cafeeira; e o desenvolvimento da atividade turística, especulação imobiliária e pluriatividade.

Em relação à mobilidade e comunicação com outras regiões, Nova Friburgo passa a funcionar como centro irradiador de caminhos, muito devido ao desenvolvimento da monocultura cafeeira, especialmente na região de Cantagalo, mas também depois com a decadência da indústria cafeeira e crescimento da importância na produção de alimentos. Especialmente nas primeiras décadas do século XX a região ganha bastante importância devido a dois fatores: sua importância no fornecimento de alimentos para capital fluminense e seu posicionamento estratégico possibilitando o deslocamento para outras importantes regiões (ALENTEJANO, 2005).

A construção da estrada de ferro do Cantagalo em 1873, ligando o município à baixada e litoral fluminense foi um dos fatos que teve importância marcante pois “a partir deste momento, a atividade de veraneio tomou um grande impulso na região, redefinindo, definitivamente, sua funcionalidade” (NEVES, 2000, p. 81). O clima ameno e as belas paisagens naturais já interessavam as famílias mais abastadas do estado e a estrada de ferro possibilitou este movimento de veraneio.

Porém, foi apenas na década de 1970 que o município passa por uma transformação realmente significativa, a partir do asfaltamento das rodovias Rio - Friburgo (RJ-116) e Friburgo - Teresópolis (RJ-130) (PEREIRA, 2008). A partir deste momento “as relações com o “mundo externo” começaram a se ampliar. Há transformação na estrutura produtiva e nas relações de trabalho” (PEREIRA, 2008, p. 53). No caso específico de São Pedro da Serra, foi na década de 1950 que a abertura da estrada Mury-Lumiar (RJ-142) provocou mudanças significativas para região e para os modos de vida local, já que, “com a melhoria da comunicação rodoviária houve uma intensificação das relações com o mercado, aumentando o consumo de produtos industrializados, tanto no que se refere à produção como ao próprio

consumo, reduzindo o sistema de trocas que ainda vigorava entre as famílias de agricultores” (CARNEIRO; PALM, 2016, p. 184). Tais mudanças segundo Carneiro e Palm (2016), tiveram como vetores, ou seja, como causa, o aumento da atividade do turismo e o direcionamento da produção agrícola para o atendimento das demandas dos mercados atacadistas da capital fluminense.

No que se refere ao desenvolvimento agrícola de Nova Friburgo, originalmente a cana-de açúcar e o café representavam os principais produtos agrícolas de São Pedro da Serra, sendo a principal fonte de renda das famílias agrícolas durante um longo período de tempo, inclusive, foi a produção cafeeira ao longo do século XIX que possibilitou o desenvolvimento econômico do município. A agricultura diversificada se mantinha como prática voltada muito mais para o autoconsumo sem excluir a produção mercantil através do café, principalmente. A configuração da produção agrícola era baseada então em pequenas propriedades produtoras de alimentos e grandes lavouras de café, onde a primeira fornecia alimentos e trabalhadores para a segunda, especialmente Cantagalo (CARNEIRO; PALM, 2016; NEVES, 2000). Ainda bastante isolada a região devia, de certa forma, se surpreender, pois “de acordo com os relatos dos moradores mais antigos, a vida comunitária era intensa com pouca interferência de elementos externos” (CARNEIRO; PALM, 2016, p. 184). Com a decadência do café no primeiro quartel do século XX, a região acabou reconfigurando a produção agrícola, incluindo a produção voltada para os grandes centros urbanos, tendo o inhame como carro chefe (CARNEIRO; PALM, 2016).

A partir da década de 1960, já com o isolamento parcialmente rompido pelos estradas e caminhos abertos ao longo do tempo, os agricultores começaram a ter acesso aos insumos químicos oferecidos pela Revolução Verde com o intuito de “modernizar” a agricultura e aumentar a produção de alimentos (CARNEIRO; PALM, 2016). Contudo, tal pacote tecnológico não obteve adesão como em outras regiões, muito por causa das características físicas do município, pois ele “encontrou limites à sua difusão, especialmente pelas características topográficas da região o que dificultou a mecanização e contribuiu para a manutenção de uma agricultura de pequeno porte e menos devastadora do meio ambiente” (CARNEIRO; PALM, 2016, p. 185). Este formato permanece até os dias atuais, porém com novos desafios e influências que vem transformando, como em um movimento contínuo, a agricultura familiar da região.

As dificuldades de acesso, até aproximadamente os anos 1960, limitavam o escoamento da produção à população local e aos tropeiros que por lá passavam (PEREIRA, 2008). Mesmo

após a abertura de estradas e com o processo de modernização agrícola em curso, de 1960 até a década de 1980 os agricultores de São Pedro da Serra “continuaram a produzir café, inhame, batata-inglesa e palma, onde o cultivo desses produtos baseava-se em condições precárias de produção” (PEREIRA, 2008, p. 53). Desta forma, muitos agricultores, sem conseguirem acompanhar o ritmo da modernização e das novas demandas do mercado, largam a atividade agrícola para realizarem atividades não agrícolas, até como forma de manter a propriedade e o vínculo com o rural. Esta questão se agrava ainda mais, segundo Carneiro e Palm (2015), devido as constantes pressões exercidas pela legislação ambiental, já que, “muitos agricultores, sem condições de acompanhar esse processo, foram levados a abandonar a agricultura devido a impossibilidade de continuarem praticando o pousio” (CARNEIRO; PALM, 2015, p. 4).

Nos dias atuais, a agricultura familiar de São Pedro da Serra é desempenhada, em sua maioria por pessoas que estão na faixa etária entre 30 e 70 anos de idade (CARNEIRO; PALM, 2015). Existem basicamente dois modelos de produção agrícola na região, o tradicional e o convencional. O segundo apresenta-se com maior frequência tanto devido ao processo de modernização agrícola que exige uma especialização da produção, quanto devido à pressão dos órgãos ambientais em relação as práticas tradicionais utilizadas pelos agricultores familiares de São Pedro da Serra e toda região da APA Macaé de Cima, sendo o sistema de pousio o principal (CARNEIRO; PALM, 2015). Inclusive, os autores apontam para o fato de que “em pesquisas recentes técnicos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) conceituam a prática do pousio como sendo sustentável” (CARNEIRO; PALM, 2015, p. 7). Além disso, é o cultivo convencional que tem maior possibilidade de inserção no grande mercado e “maior integração com circuitos mercantis mais distantes, da Região Serrana e Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro” (CARNEIRO; PALM, 2015, p. 10). Para a maior parte dos agricultores as condições para produção agrícola melhoraram, principalmente devido a dois fatores centrais: acesso a insumos agrícolas que aumentam a produtividade mesmo em pequenas áreas e o surgimento de novos nichos de mercado que valorizam a produção agrícola familiar diversificada, como por exemplo as demandas geradas pela atividade turística em relação a produtos beneficiados locais como frutas, geleias, doces, pães, derivados do leite, que servem para abastecer o número cada vez maior de pousadas e restaurantes (CARNEIRO; PALM, 2015).

Em relação a sua estrutura e características, pode-se dizer, que ela se apresenta basicamente em três diferentes categorias de agricultores familiares, à saber:

“1) Produção diversificada de hortaliças, tubérculos e banana, comumente em área produtiva inferior a ½ alqueire, com reduzida ou sem utilização de insumos químicosintéticos. Criação de pequenos animais (galinhas e cabras); 2) Produção especializada de hortaliças, tubérculos e banana, comumente em área de 0,5 a 5 alqueires, com utilização de insumos químicosintéticos; 3) Produção especializada de hortaliças, tubérculos e banana, comumente em área de 1,5 a 7 alqueires, com utilização de insumos químicos sintéticos” (CARNEIRO; PALM, 2015, p. 15).

Nas três categorias consideradas o escoamento e comercialização da produção variam de acordo com a escala de produção. Portanto, na primeira categoria a produção é voltada para o mercado local e venda direta ao consumidor, na segunda a produção é voltada para as centrais de abastecimento e transporte de terceiros enquanto na terceira, a produção também é voltada para as centrais de abastecimento, porém o transporte é feito com veículo próprio (CARNEIRO; PALM, 2015). Fica clara uma diferenciação de estrutura produtiva entre as diferentes categorias apresentadas por Carneiro e Palm (2015).

Em relação ao desenvolvimento da atividade turística, especulação imobiliária e aumento da pluriatividade, o município de Nova Friburgo, com especial atenção ao distrito de São Pedro da Serra, vem passando por profundas transformações principalmente desde a década de 1980, indicando “os novos rumos do desenvolvimento friburguense” (NEVES, 2000, p. 83). Além da especulação imobiliária, inerente ao desenvolvimento do turismo a partir da valorização da terra, o desenvolvimento da atividade turística acarreta também consequências para o modo de vida local, provocando o que Carneiro e Palm chamaram de “reelaboração da identidade social local”, que ocorre “a partir da conformação de novas redes sociais, novos valores e motivações, por meio da interação com sujeitos oriundos de outros universos sociais e simbólicos” (CARNEIRO; PALM, 2016, p. 187). Para estes mesmos autores, tanto o crescimento do turismo bem como da agricultura mercantil, fizeram aumentar a circulação de recursos financeiros, sendo este fundamental para as transformações que vieram afetar inclusive os hábitos alimentares da população rural do município (CARNEIRO; PALM, 2016), pois, associado a maior facilidade de mobilidade, o dinheiro possibilita o acesso aos produtos industrializados oferecidos pelos mercados.

As transformações causadas pela atividade turística vêm provocando mudanças significativas para agricultura familiar da região, por meio principalmente da mudança na configuração da divisão social do trabalho. A intensificação das atividades não-agrícolas, além de diminuir a oferta de mão-de-obra dentro das propriedades agrícolas, também altera as atividades desenvolvidas dentro dessas mesmas propriedades. Muitas mulheres, por exemplo deixaram de produzir no quintal para autoconsumo, para trabalhar nas pousadas e casas de

veraneio. Desta forma, “a monetarização das relações de trabalho e a facilidade de se adquirir alimentos no comércio local, também contribuíram para o relativo abandono da produção agrícola para o autoconsumo, por parte de algumas famílias” (CARNEIRO; PALM, 2016, p. 188). Isso influenciou diretamente no hábito alimentar das famílias agrícolas das regiões onde este processo vem ocorrendo, incluindo São Pedro da Serra.

Por outro lado, Alentejano (2005) complementa lembrando que na relação do desenvolvimento da atividade turística com a atividade agrícola, a pesar dos fatores que levariam teoricamente para uma decadência da segunda, ela vem se fortalecendo, ocupando papel importante no fornecimento de alimentos para a região metropolitana do Rio de Janeiro. Portanto, a pesar de todo este processo complexo que vem transformando a agricultura familiar de São Pedro da Serra e da nítida diminuição do número de agricultores familiares dedicados integralmente a agricultura, especialmente nas últimas quatro décadas, o relatório “Agricultura Familiar: produção, venda e consumo” (CARNEIRO; PALM, 2015), demonstra “a vitalidade da agricultura familiar na região. Desta forma, existe um efeito duplo e talvez contraditório, consequente do crescimento do turismo em São Pedro da Serra. Ao mesmo tempo que tal atividade altera a ocupação e uso do solo, diminuindo a área dedicada à agricultura, ela também estimula a agricultura pela abertura de novos mercados e pela oferta de empregos não agrícolas que incrementam a renda familiar, possibilitando a melhoria da produção em um cenário produtivo pós modernização, onde as relações de trabalho dentro da propriedade familiar foram alteradas¹, disponibilizando membros para a realização das atividades fora da propriedade. “A proliferação dessas atividades possibilitou aos produtores familiares sua inserção em atividades não-agrícolas e consequentemente o aumento da renda familiar” (MARAFON, 2006, p. 125).

Mas para além de uma agricultura familiar que ainda hoje pode ser considerada pulsante (CARNEIRO; PALM, 2015), São Pedro da Serra tem no turismo seu maior fator de crescimento econômico, interferindo nas famílias agrícolas locais e na agricultura familiar como um todo, especialmente pelo aumento da oferta de atividades não-agrícolas. As dificuldades de manter a propriedade produzindo, muitas famílias tornam-se pluriativas, diminuindo a oferta de mão-de-obra familiar dentro da propriedade. Além disso, como aponta Natal, o crescimento do turismo em São Pedro da Serra, associado a especulação imobiliária causada pelo turismo, está

¹ diferentemente do passado, “hoje a tendência é de que apenas uma pessoa, o pai, trabalhe na roça, recebendo, esporadicamente, a ajuda de um filho e, mais raramente, da esposa” (CARNEIRO; PALM, 2015, p. 3).

“desarticulando a estrutura agrária familiar existente, na medida em que os agricultores alugam suas casas para os veranistas, assim como, trabalham em tempo parcial, exercendo funções de pedreiro e caseiro, por exemplo” (NATAL, 2003, p. 10083). A intensificação da atividade turística se deu a partir da década de 1980 de forma bastante acelerada, aumentando de um para vinte o número de pousadas em dezoito anos, conforme levantou Natal (2003). Nesse sentido, Pereira (2008) aciona brilhantemente Carneiro (2003) para resumir a situação de São Pedro da Serra em relação ao turismo e sua influência para agricultura familiar,

Diante de um quadro de carência de políticas públicas voltadas para os interesses da pequena agricultura familiar, em favorecimento da valorização vertiginosa das terras promovida pela especulação turística, o que temos, de acordo com a professora Maria José Carneiro (2003), é uma transformação do agricultor familiar em “jardineiro da natureza”. Segundo ela, referindo-se a problemática da agricultura do Município de Nova Friburgo – RJ, “Pouco a pouco, o espaço agrícola é ocupado por sítios de lazer, pousadas e casas de aluguel, muitas delas construídas pelos próprios agricultores na busca de alternativas ou complemento ao fraco rendimento proporcionado pela agricultura”. (p. 90)” (PEREIRA, 2008, p. 57).

Todo este processo pelo qual São Pedro da Serra vem passando nos últimos quarenta anos, vem modificando o modo de vida da população local, na sua maioria famílias agrícolas e alterando a relação destes com a terra e com o trabalho. Isso ocorreu pois a “dinamização do setor de turismo, associada à implantação de uma APA modificou a relação com a terra, desencadeou conflitos e abriu novas alternativas de trabalho” (CARNEIRO; PALM, 2016, p. 200). Além de todas as outras mudanças no modo de vida da população local, é fato que essas transformações tem causado mudanças também no que envolve a alimentação dessas famílias e seus hábitos alimentares. Em levantamento realizado por estes autores, a relação com o alimento vem se adaptando aos novos tempos e a concepção sobre este tema, ao mesmo tempo também vem se modificando. Para eles, dentre os agricultores de São Pedro da Serra, a alimentação é composta pelo que “está disponível na lavoura em cada período do ano, complementado com o que se ganha através das trocas entre vizinhos e parentes e com o que se pode comprar no mercado” (CARNEIRO; PALM, 2016).

Tais mudanças de hábitos alimentares estão intimamente ligadas as mudanças que também ocorreram nas práticas agrícolas e no mercado de trabalho na localidade, proporcionando acesso a itens que antes não conheciam, incluindo alimentos industrializados e com agrotóxicos, interferindo na saúde da população e na visão que eles tem sobre o que faz bem ou não para saúde, categorizando, inclusive em comida de “hoje” e de “antigamente”. Os autores afirmam que “há um consenso de que as mudanças dos hábitos alimentares e das práticas agrícolas trouxeram problemas de saúde que não existiam antes, apesar de ter havido

uma ampliação da diversidade do que se come e do que se planta” (CARNEIRO; PALM, 2016, p. 191). Então, para os agricultores, a comida ideal seria aquela que apresenta um grau de artificialidade menor no processo de produção, bem como um caminho menor percorrido até a mesa do consumidor (CARNEIRO; PALM, 2016).

Portanto, desde o início da ocupação do território de São Pedro da Serra, a agricultura praticada foi se transformando ao longo do tempo, “se adaptando aos novos constrangimentos impostos seja pelo ritmo do trabalho assalariado, seja pelas “comodidades” de uma economia cada vez mais comandada pelas trocas mercantis” (CARNEIRO; PALM, 2016, p. 200). É neste contexto que esta pesquisa se encontra, buscando entender as consequências de todas essas transformações, para os hábitos alimentares das famílias agrícolas originárias de São Pedro da Serra, analisando mudanças e permanências. Portanto, o próximo capítulo irei dedicar, com base na literatura e nas entrevistas, ao debate e relação de dois conceitos fundamentais dentro da discussão aqui proposta.

IV. HÁBITO ALIMENTAR DAS FAMÍLIAS AGRÍCOLAS DE SÃO PEDRO DA SERRA, MUDANÇAS E PERMANENCIAS

i. Procedimentos Metodológicos

A metodologia utilizada para coleta de dados teve sua base forte ancorada na aplicação de um roteiro de entrevista, com o qual coletou-se a maior parte dos dados que compõe a pesquisa e que possibilitou os resultados apresentados neste capítulo.

A estrutura e conteúdo do questionário foram balizados, obviamente, pelos objetivos da pesquisa e a demanda de informações necessárias para responder as questões suscitadas por ela. Assim, foi elaborado um roteiro composto basicamente por quatro (4) blocos, à saber: transformações no mundo rural; o fenômeno da pluriatividade; produção para autoconsumo; e calendário alimentar semanal. No primeiro, a ideia foi captar do entrevistado algumas reflexões referentes ao contexto de grandes transformações no mundo rural. No bloco 2, três (3) questões abordam a pluriatividade, buscando entender o papel deste fenômeno nas mudanças e permanências no hábito alimentar das famílias entrevistadas, e também a incidência na família, a partir do número de pessoas que trabalham em atividades não agrícolas. O terceiro concentrou o debate na produção para autoconsumo, buscando listar o que era cultivado antigamente e o que é cultivado hoje em dia, e a partir daí entender os impactos das transformações neste tipo de produção, bem como e consequentemente, nos hábitos alimentares das famílias entrevistadas. O quarto e último bloco se dedicou a mapear o cardápio das famílias em todas as refeições da semana anterior a realização da entrevista.

Abaixo segue o roteiro que norteou as entrevistas e as questões contidas em cada um dos quatro blocos descritos acima.

Roteiro de Entrevista:

BLOCO 1: Transformações do rural

- Como você avalia as transformações que vem ocorrendo dentre os agricultores de São Pedro da Serra a partir do crescimento urbano, as mudanças na agricultura e o aumento da oferta de empregos não agrícolas que vem ocorrendo nos últimos 40 anos?

- Para você existe um contato maior ou menor com a cidade? O que geralmente as famílias fazem na cidade (trabalho, compras, banco...)?
- Na sua opinião, essas transformações vem causando alterações na forma dos agricultores de São Pedro da Serra se alimentarem?

BLOCO 2: O fenômeno da pluriatividade

- Você entende que a oferta de empregos não agrícolas aumentou nas últimas décadas a partir das transformações citadas a cima? Em quais áreas e aonde são ofertados?
- Do total de membros da família que vivem na propriedade, quantos exercem atividades não agrícolas?

BLOCO 3: Produção para Autoconsumo

- O que era produzido antigamente pensando no consumo próprio?
- O que é produzido atualmente pensando no consumo próprio?

BLOCO 4: Calendário Alimentar Semanal

- O que você comeu em todas as refeições em todos os dias da última semana?

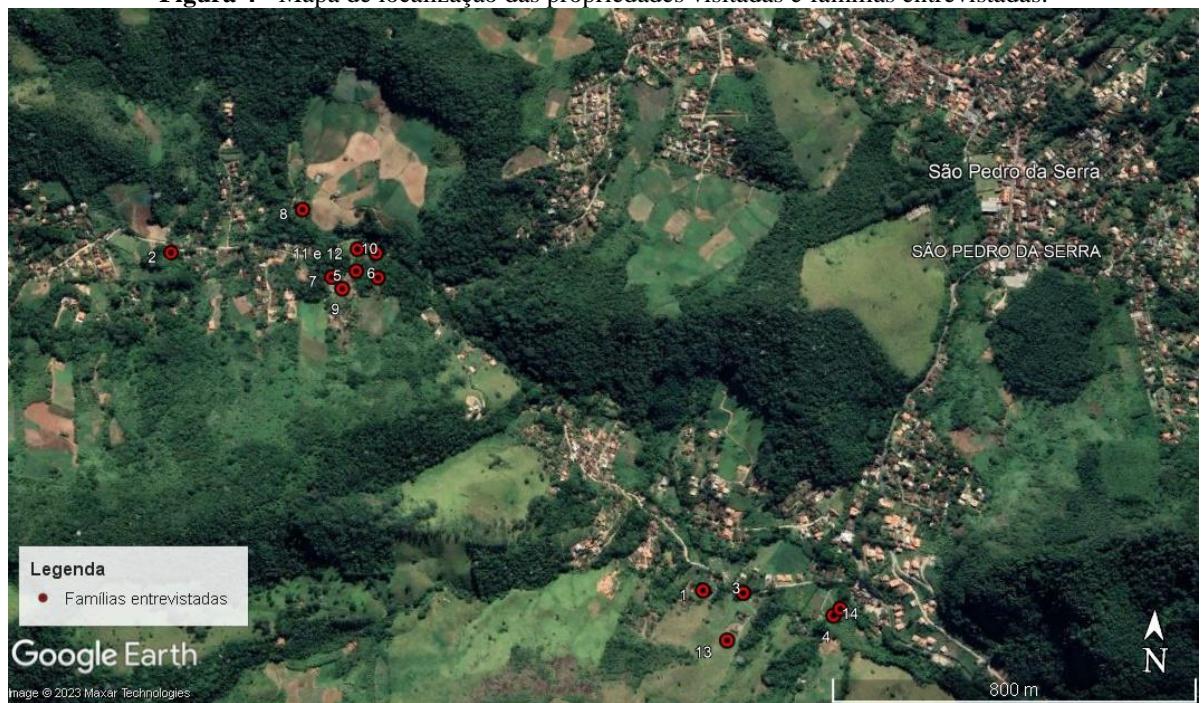
Para aplicação do roteiro de entrevistas e coleta de dados, foi realizado uma atividade de campo de três dias, com o intuito de visitar as famílias a serem entrevistadas. A escolha das famílias foi realizada mediante indicação boca a boca, onde cada pessoa indicou alguém e assim foi montada a amostra. Foi decidido concentrar a amostra na estrada Manoel Knup, que concentra muitos nativos, a pesar do crescente número de casas de veraneio e pousadas. Essa escolha diminuiu o universo amostral, qualificando assim a amostra.

Cada entrevista durou em média 1 hora sendo parte realizada em formato de conversa e parte em forma de questionário, especialmente no caso dos Blocos 3 e 4. Abaixo segue uma tabela (Tabela 1) com os dados gerais das famílias entrevistadas (número de pessoas na família e principais atividades produtivas) e um mapa com a localização das propriedades dentro do distrito de São Pedro da Serra (Figura 4). No momento da maior parte das entrevistas, houve a participação de boa parte dos membros das famílias.

Tabela 1 - Dados gerais dos entrevistados.

Id	Nome	Número Moradores	Principal Atividade
1	Família 1	2	Inhame
2	Família 2	5	Estufa: morango e suculenta; lavoura: inhame, baroa e repolho
3	Família 3	4	Inhame, banana e gado
4	Família 4	2	Carro chefe: banana; lavoura de 10 itens que variam
5	Família 5	2	Couve flor
6	Família 6	2	Couve flor
7	Família 7	3	Couve flor
8	Família 8	3	Couve flor
9	Família 9	4	Couve flor
10	Família 10	2	Couve flor
11	Família 11	2	Couve flor
12	Família 12	2	Couve flor
13	Família 13	2	Inhame
14	Família 14	3	Carro chefe: banana; lavoura de 10 itens que variam

Figura 4 - Mapa de localização das propriedades visitadas e famílias entrevistadas.



Por se tratar de um tema que em certos momentos demanda uma referência com o passado, é importante fixar esse marco temporal. Pensando em quando as principais transformações começaram a ocorrer de forma mais intensa na região, esta referência temporal foi determinada em aproximadamente 40 anos, ou seja, década de 1980.

Ao todo foram entrevistadas 14 famílias com diferentes realidades produtivas em termos de tamanho da propriedade e potencial produtivo. Entende-se que os impactos das transformações aqui tratadas se dão de formas distintas a depender do tamanho do produtor rural. As fotos que seguem abaixo foram registradas no momento das entrevistas (Figura 4).

Figura 5 - Registro fotográfico das entrevistas.



ii. Transformações do Rural

O primeiro bloco de perguntas buscou expor um pouco da visão dos entrevistados acerca das transformações que vem ocorrendo na área de estudo, tendo como referência os últimos quarenta anos, momento em que as principais mudanças começaram a ocorrer.

Ao questioná-los a respeito dessas transformações todos são categóricos em reconhecer tais mudanças, incluindo os mais jovens que não acompanharam de forma tão intensa esse

momento. Ao analisar a tabela 2, é possível perceber que em relação ao primeira questão, referente as transformações e o modo de vida, as respostas soam em certos momentos até um pouco contraditória, sem de fato ser. Isso porque, em primeiro lugar todos reconhecem as mudanças mas ao mesmo tempo que alguns comentam como as coisas eram difíceis e que hoje está tudo mais prático, também entendem como novas dificuldades chegaram junto com as facilidades que ajudaram nas dificuldades do passado. Duas coisas chamaram atenção nas respostas a essa primeira pergunta. Uma delas foi a referência as leis ambientais, depositando nessa questão o motivo pelas “novas” dificuldades para agricultura, e a outra foi a referência a diminuição da oferta de mão de obra na agricultura. Isso porque as novas gerações já não tem na agricultura o seu objetivo de vida, tanto pelas dificuldades da atividade quanto pela oferta de atividades em outras áreas e pelo acesso a estudos e oportunidades que antes eram bastante distantes.

Em relação a segunda questão colocada para eles, também é unânime a opinião de que essas mudanças transformaram também a forma deles se alimentarem. Segundo alguns entrevistados, diferente de antigamente quase tudo hoje em dia é comprado no mercado. Isso ocorreria também pela rotina do dia-a-dia que mudou, e influenciou diretamente a dedicação para autoconsumo, também impactada pelas fiscalizações realizadas pelos órgãos ambientais, segundo os entrevistados.

Tabela 2 - Transformações no meio rural sob a ótica das famílias entrevistadas.

Questões	Família 1	Família 2	Família 3	Família 4
Como você avalia as transformações que vem ocorrendo dentre os agricultores de São Pedro da Serra a partir do crescimento urbano, as mudanças na agricultura e o aumento da oferta de empregos não agrícolas que vem ocorrendo nos últimos 40 anos?	Muita coisa mudou de lá para cá. Hoje muitas famílias de agricultores tem outra fonte de renda e a dedicação à agricultura diminuiu. Antes se produzia tudo. O acesso à cidade está mais fácil.	Era tudo muito diferente. A Vida do agricultor não está fácil pois hoje tudo é proibido.	Antigamente era muito difícil mas era melhor porque não tinha o meio ambiente. Hoje o agricultor tem medo e se sente um criminoso. As formas de plantar tiveram que mudar.	Era muito difícil, hoje está tudo mais fácil, mas não tem mão-de-obra para agricultura. Os jovens preferem trabalhar com outras atividades fora da agricultura. As leis ambientais e as divisões das terras devido a heranças também vem mudando muito o local.
Na sua opinião, essas transformações vem causando alterações na forma dos agricultores de São Pedro da Serra se alimentarem?	Sim. Isso hoje é totalmente diferente de antigamente. Minha mãe fazia a massa do macarrão e hoje a gente compra.	Sim. Muitas transformações. Hoje quase tudo é comprado no mercado.	Sim. As mudanças do dia-a-dia, e as regras impostas pelo INEA causaram muitas mudanças. Muitos agricultores pararam ou diminuíram a produção devido as fiscalizações.	Mudou o hábito
Para você existe um contato maior ou menor com a cidade? O que geralmente as famílias fazem na cidade (trabalho, compras, banco...)?	Muito maior.	Maior. Resolver as coisas.	Maior. Compras, banco, médico, etc.	Sim. Hoje está bem mais fácil pois existe muito mais oferta de onibus e os acessos estão mais fáceis.

Questões	Família 5	Família 6	Família 7	Família 8
Como você avalia as transformações que vem ocorrendo dentre os agricultores de São Pedro da Serra a partir do crescimento urbano, as mudanças na agricultura e o aumento da oferta de empregos não agrícolas que vem ocorrendo nos últimos 40 anos?	Muitas coisas mudaram.	Muitas coisas mudaram.	Muitas coisas mudaram.	Muitas coisas mudaram.
Na sua opinião, essas transformações vem causando alterações na forma dos agricultores de São Pedro da Serra se alimentarem?	Sim. Antes produzia-se tudo e hoje se compra a maior parte dos itens. A internet também influenciou bastante com o acesso a receitas e conhecimentos novos e o mercado com a variedade de itens.	Sim. Antes produzia-se tudo e hoje se compra a maior parte dos itens. A internet também influenciou bastante com o acesso a receitas e conhecimentos novos e o mercado com a variedade de itens.	Sim. Antes produzia-se tudo e hoje se compra a maior parte dos itens. A internet também influenciou bastante com o acesso a receitas e conhecimentos novos e o mercado com a variedade de itens.	Sim. Antes produzia-se tudo e hoje se compra a maior parte dos itens. A internet também influenciou bastante com o acesso a receitas e conhecimentos novos e o mercado com a variedade de itens.
Para você existe um contato maior ou menor com a cidade? O que geralmente as famílias fazem na cidade (trabalho, compras, banco...)?	Sim. Sem dúvidas. Tanto pelos acessos quanto pela quantidade de transporte.	Sim. Sem dúvidas. Tanto pelos acessos quanto pela quantidade de transporte.	Sim. Sem dúvidas. Tanto pelos acessos quanto pela quantidade de transporte.	Sim. Sem dúvidas. Tanto pelos acessos quanto pela quantidade de transporte.

Questões	Família 9	Família 10	Família 11	Família 12
Como você avalia as transformações que vem ocorrendo dentre os agricultores de São Pedro da Serra a partir do crescimento urbano, as mudanças na agricultura e o aumento da oferta de empregos não agrícolas que vem ocorrendo nos últimos 40 anos?	Muitas coisas mudaram.	Muitas coisas mudaram.	Muitas coisas mudaram.	Muitas coisas mudaram.
Na sua opinião, essas transformações vem causando alterações na forma dos agricultores de São Pedro da Serra se alimentarem?	Sim. Antes produzia-se tudo e hoje se compra a maior parte dos itens. A internet também influenciou bastante com o acesso a receitas e conhecimentos novos e o mercado com a variedade de itens.	Sim. Antes produzia-se tudo e hoje se compra a maior parte dos itens. A internet também influenciou bastante com o acesso a receitas e conhecimentos novos e o mercado com a variedade de itens.	Sim. Antes produzia-se tudo e hoje se compra a maior parte dos itens. A internet também influenciou bastante com o acesso a receitas e conhecimentos novos e o mercado com a variedade de itens.	Sim. Antes produzia-se tudo e hoje se compra a maior parte dos itens. A internet também influenciou bastante com o acesso a receitas e conhecimentos novos e o mercado com a variedade de itens.
Para você existe um contato maior ou menor com a cidade? O que geralmente as famílias fazem na cidade (trabalho, compras, banco...)?	Sim. Sem dúvidas. Tanto pelos acessos quanto pela quantidade de transporte.	Sim. Sem dúvidas. Tanto pelos acessos quanto pela quantidade de transporte.	Sim. Sem dúvidas. Tanto pelos acessos quanto pela quantidade de transporte.	Sim. Sem dúvidas. Tanto pelos acessos quanto pela quantidade de transporte.

Questões	Família 13	Família 14
Como você avalia as transformações que vem ocorrendo dentre os agricultores de São Pedro da Serra a partir do crescimento urbano, as mudanças na agricultura e o aumento da oferta de empregos não agrícolas que vem ocorrendo nos últimos 40 anos?	Muitas mudanças. A agricultura diminuiu muito.	Era muito difícil, hoje está tudo mais fácil, mas não tem mão-de-obra para agricultura. Os jovens preferem trabalhar com outras atividades fora da agricultura. As leis ambientais e as divisões das terras devido a heranças também vem mudando muito o local.
Na sua opinião, essas transformações vem causando alterações na forma dos agricultores de São Pedro da Serra se alimentarem?	Sim. Com certeza.	Mudou o hábito
Para você existe um contato maior ou menor com a cidade? O que geralmente as famílias fazem na cidade (trabalho, compras, banco...)?	Maior. Os acessos e possibilidades de transporte melhoraram muito.	Sim. Hoje está bem mais fácil pois existe muito mais oferta de onibus e os acessos estão mais fáceis.

iii. Pluriatividade

No segundo bloco de questões, buscou-se tanto entender a visão sobre os impactos da pluriatividade no modo de vida das famílias, com destaque para os reflexos nos hábitos alimentares, como também levantar a incidência do fenômeno entre os moradores de cada propriedade, a partir do levantamento da proporção entre o número de trabalhadores agrícolas e não agrícolas. Entende-se que uma maior incidência gera maiores alterações no hábito alimentar, tanto pelo aumento da renda monetária disponível quanto pela menor dedicação à atividade agrícola, priorizando a produção comercial em detrimento da produção para autoconsumo.

É nítido mas nem por isso passa a ser uma novidade, que a pluriatividade é um fenômeno absolutamente presente na vida dos agricultores da área de estudo. Em todos os casos a existência de alternativas profissionais fora da agricultura foi ressaltada pelos entrevistados, seguido sempre de exemplos em casa ou fora dela. Muitos acreditam, inclusive, que associado a outros fatores, tal fenômeno pode contribuir para o fim da agricultura. Isso ocorreria, pois poucos jovens hoje em dia tem o desejo de permanecer na atividade agrícola, ou pelo menos, somente nela. O trabalho na agricultura é visto como difícil, tanto pelo lado físico quanto pelo lado da ausência de incentivos e presença de leis que batem de frente com o modo tradicional de plantar. Todos os entrevistados (tabela 3) entendem que nas últimas décadas a oferta de empregos fora da agricultura aumentou bastante e em diferentes áreas. A partir da análise da tabela 3 é possível identificar pelo menos oito (8) diferentes opções de trabalho não agrícola mencionados pelos entrevistados. Dentre as atividades mencionadas, “jardinagem” foi a mais lembrada, aparecendo na totalidade das entrevistas, ou seja, quatorze (14) vezes, representando 100% da amostra, seguida de “aluguel de casa”, mencionada por 64,2% dos entrevistados. As atividades não agrícolas menos mencionadas foram as de “mecânico” (14,2%) e “atendente de dentista” (7,1%), lembradas apenas pela família onde algum membro exerce tal atividade. Além dessas, as entrevistas também identificaram serviços desempenhados em pousadas como arrumadeira e serviços gerais, bem como em casas de veraneio, como “caseiro”, por exemplo.

Tabela 3 - Pluriatividade entre as famílias entrevistadas.

Família	Você entende que a oferta de empregos não agrícolas aumentou nas últimas décadas a partir das transformações citadas a cima? Em quais áreas e aonde são ofertados?
Família 1	Sim. Jardinagem, serviços gerais
Família 2	Sim. Jardinagem, serviço de caseiro, arrumadeira.
Família 3	Sim. Jardinagem, arrumadeira, aluguel de casa.
Família 4	Sim. Mecânico, pousada, jardinagem.
Família 5	Sim. Casa de aluguel, jardinagem, serviços gerais
Família 6	Sim. Casa de aluguel, jardinagem, serviços gerais
Família 7	Sim. Casa de aluguel, jardinagem, serviços gerais
Família 8	Sim. Casa de aluguel, jardinagem, serviços gerais
Família 9	Sim. Casa de aluguel, jardinagem, serviços gerais
Família 10	Sim. Casa de aluguel, jardinagem, serviços gerais
Família 11	Sim. Casa de aluguel, jardinagem, serviços gerais
Família 12	Sim. Casa de aluguel, jardinagem, serviços gerais
Família 13	Sim. Jardinagem, Atendente Consultórios, Pousada
Família 14	Sim. Mecânico, pousada, jardinagem.

Saindo da opinião dos entrevistados em relação ao contexto do distrito para os números que representam o fenômeno da pluriatividade dentro de cada família, as tabelas 4 e 5 contribuem para entendermos esta realidade. A tabela 4, além de demonstrar quantas pessoas em cada família exerce ou recebe renda de atividades não agrícolas, também possibilita entender a proporção disso, determinando a incidência do fenômeno na amostra pesquisada. Desta forma, menos da metade das pessoas que compõe as famílias entrevistadas exercem atividades não agrícola como alternativa de geração de renda (39,2%).

Tabela 4 - Incidência do fenômeno da pluriatividade dentre as famílias entrevistadas.

Família	N Total de membros	N Atividade Agrícola	N Atividade Não Agrícola	Proporção (%)
Família 1				
Família 2	5	2	3	60
Família 3	4	4	3	75
Família 4	2	2	0	0
Família 5	2	2	1	50
Família 6	2	1	1	50
Família 7	3	1	0	0
Família 8	3	1	0	0
Família 9	4	2	1	25
Família 10	2	1	1	50
Família 11	2	1	1	50
Família 12	2	1	0	0
Família 13	2	2	2	100
Família 14	3	2	1	50
MÉDIA				39,2%

Fazendo uma análise da família e não mais por pessoa, é possível perceber que apenas quatro (4) famílias vivem exclusivamente da agricultura, ou seja, 28,5% (tabela 5). Das dez (10) famílias que compõe a renda familiar com atividades não agrícolas, a maior parte possui apenas uma atividade além da agricultura, representando seis (6) das quatorze (14) famílias entrevistadas. A minoria das famílias possui uma variedade maior de fontes de renda. Esse é o caso de apenas três (3) famílias, das quais duas possuem três (3) fontes de renda e uma possui quatro (4).

Dentre as atividades não agrícolas desempenhadas pelas famílias, o aluguel de casa é o que mais faz parte da renda familiar. Esse é o caso de quatro famílias, ou seja, 28,5% da amostra. Com a mesma quantidade de incidência dentre as famílias, a aposentadoria aparece como importante componente da renda familiar, especialmente dos mais idosos. Uma informação curiosa é que duas (2) famílias possuem um membro trabalhando no INEA.

Tabela 5 - Pluriatividade e Fontes de Renda entre as famílias entrevistadas.

Família (Membros)	Fonte de Renda	N Fontes de Renda
Família 1	Agricultura	2
Esposa	Arrumadeira	
Família 2	Agricultura	3
Esposa	Agricultura (beneficiamento)	
Pai	Aposentadoria e Agricultura	
Madrastra	Aposentadoria	
Mãe	Aposentadoria e Agricultura	
Família 3	Agricultura e Casa de Aluguel	2
Esposa	Agricultura	
Filho	Agricultura e Casa de Aluguel	
Filho	Agricultura e Casa de Aluguel	
Família 4	Agricultura	1
Esposa	Agricultura	
Família 5	Aposentadoria, Agricultura, Casa de Aluguel	3
Esposa	Aposentadoria e Agricultura	
Família 6	Agricultura e Casa de Aluguel	2
Esposa	Agricultura e Casa de Aluguel	
Família 7	Agricultura	1
Esposa	Agricultura	
Filha	-	
Família 8	Agricultura	1
Esposa	Agricultura	
Filha	-	
Família 9	Agricultura e Casa de Aluguel	2
Esposa	Agricultura	
Criança pequena	-	
Criança pequena	-	

Família 10	Agricultura	
Esposa	INEA	2
Família 11	Agricultura	
Esposa	INEA	2
Família 12	Agricultura	
Esposa	-	1
Família 13	Agricultura e Jardinagem	
Esposa	Agricultura, Atendente Dentista, Casa de Família	4
Família 14	Agricultura e Mecânica	
Esposa	Agricultura	
Criança pequena	-	2

iv. Autoconsumo

Com influencias diretas na alimentação familiar, no terceiro bloco, busco, a partir do levantamento dos itens produzidos no passado e no presente, entender as mudanças que as transformações ocorridas no rural em São Pedro da Serra vem causando na dedicação à produção para autoconsumo e consequentemente no habito alimentar das famílias entrevistadas.

Em primeiro lugar e já como esperado, a produção para autoconsumo vem perdendo importância dentre as famílias entrevistadas, refletindo uma realidade que se coloca em muitas regiões agrícolas como São Pedro da Serra. Esta perda se dá por uma série de fatores que de certa forma encontram-se interligados. Assim como as mudanças da produção agrícola (revolução verde + legislação ambiental), que tenderam os agricultores familiares a especialização da produção e restringiu as áreas para plantio, a melhoria dos acessos e o desenvolvimento da atividade turística da região contribuíram para uma série de mudanças no modo de vida dessa população, incluindo a relação com a produção para autoconsumo. Como mencionado por muitos, a “correria do dia-a-dia” impede a produção que não seja para venda, especialmente quando a existência de renda monetária associado a maior oferta de produtos nos mercados da região, facilita o acesso à compra de itens alimentícios que antes eram produzidos.

A partir da análise da tabela 6 é possível perceber essa dinâmica, apesar da maioria dos entrevistados ainda terem alguma produção para autoconsumo. Sem dúvida a família 4 se destaca nesse sentido pois boa parte do seu consumo é produzido pela família e boa parte do que não é, consegue-se a partir da troca realizada na feira que eles participam e vendem sua produção. Segundo eles, em relação a antigamente pouca coisa mudou na produção para autoconsumo. Perguntados sobre o que produzia antes e não produz mais ela lembrou dos doces e dos laticínios (leite e queijo). Já as famílias 1, 2, 3 e 13, produzem nada ou muito pouco do

que consomem, adquirindo a maior parte dos itens alimentícios em mercados. Já produtores como os das famílias 5 a 12, por mais que ainda apresentem alguma variedade em relação a produção para autoconsumo, também compram muitos itens em mercados, seja industrializados ou não. Na entrevista com essas famílias, foi destacado que antes produzia-se praticamente tudo, sendo necessária basicamente a compra apenas de sal e querosene.

Tabela 6 - Produção para Autoconsumo – comparação entre passado e presente.

Família	O que era produzido antigamente	O que é produzido atualmente
Família 1	Tudo que consumia. Fazia-se muita troca com vizinhos e familiares.	Inhame, aipim, cheiro-verde, algumas frutas no quintal.
Família 2	Não possui produção para autoconsumo, compra tudo que consome, com exceção do que produz comercialmente.	
Família 3	Aipim, Inhame, Feijão, Batata Doce, Cheiro-Verde, Alho, Laranja, Mexirica, Banana, Palmito, Porco (na lata), Gado (salgado), Galinha, Hortaliças variadas.	Inhame, Aipim, Batata Doce, Pokan, Cheiro-Verde, Gado.
Família 4	Feijão, Inhame, Batata Inglesa, Milho (fubá), Aipim, Banana, Couve, Brócolis, Couve Flor, Nabo, Espinafre, Chicória, Cheiro-Verde, Hortelã, Laranja, Acerola, Pitanga, Café, Alface, Sabão, Cachaça, Porco (chouriço), Galinha (ovo, carne), Boi (carne e leite - queijo), Doces (goiaba, banana), Arroz, Melado, Rapadura	Feijão, Inhame, Batata Inglesa, Milho (fubá), Aipim, Banana, Couve, Brócolis, Couve Flor, Nabo, Espinafre, Chicória, Cheiro-Verde, Hortelã, Laranja, Acerola, Pitanga, Café, Alface, Sabão, Cachaça, Porco (chouriço), Galinha (ovo, carne), Boi (carne). Trocas na feira: Frutas (que não produz), Arroz, Leite, Sal, Açúcar, Macarrão, Cenoura, Beterraba, Queijo Minas
Família 5	Produzia-se praticamente tudo, com exceção do sal, querosene e arroz.	Couve, Feijão, Abacate, Milho, Taioba, Laranja Lima, Frita do Conde, Pinha, Aipim, Cana (melado e açúcar - bem pouco), Limão, Banana, Palmito, Cheiro-Verde.
Família 6	Produzia-se praticamente tudo, com exceção do sal, querosene e arroz.	Couve, Feijão, Abacate, Milho, Taioba, Laranja Lima, Frita do Conde, Pinha, Aipim, Cana (melado e açúcar - bem pouco), Limão, Banana, Palmito, Cheiro-Verde.
Família 7	Produzia-se praticamente tudo, com exceção do sal, querosene e arroz.	Couve, Feijão, Abacate, Milho, Taioba, Laranja Lima, Frita do Conde, Pinha, Aipim, Cana (melado e açúcar - bem pouco), Limão, Banana, Palmito, Cheiro-Verde, Galinha.
Família 8	Produzia-se praticamente tudo, com exceção do sal, querosene e arroz.	Couve, Feijão, Abacate, Milho, Taioba, Laranja Lima, Frita do Conde, Pinha, Aipim, Cana (melado e açúcar - bem pouco), Limão, Banana, Palmito, Cheiro-Verde, Galinha.
Família 9	Geração nova	Couve, Feijão, Abacate, Milho, Taioba, Laranja Lima, Frita do Conde, Pinha, Aipim, Cana (melado e açúcar - bem pouco), Limão, Banana, Palmito, Cheiro-Verde.
Família 10	Geração nova	Couve, Feijão, Abacate, Milho, Taioba, Laranja Lima, Frita do Conde, Pinha, Aipim, Cana (melado e açúcar - bem pouco), Limão, Banana, Palmito, Cheiro-Verde.

Família 11	Geração nova	Couve, Feijão, Abacate, Milho, Taioba, Laranja Lima, Frita do Conde, Pinha, Aipim, Cana (melado e açúcar - bem pouco), Limão, Banana, Palmito, Cheiro-Verde.
Família 12	Geração nova	Couve, Feijão, Abacate, Milho, Taioba, Laranja Lima, Frita do Conde, Pinha, Aipim, Cana (melado e açúcar - bem pouco), Limão, Banana, Palmito, Cheiro-Verde.
Família 13	Geração nova	Inhame, Aipim, Batata Doce, Pokan, Cheiro-Verde, Gado.
Família 14	Geração nova	Feijão, Inhame, Batata Inglesa, Milho (fubá), Aipim, Banana, Couve, Brócolis, Couve Flor, Nabo, Espinafre, Chicória, Cheiro-Verde, Hortelã, Laranja, Acerola, Pitanga, Café, Alface, Sabão, Cachaça, Porco (chouriço), Galinha (ovo, carne), Boi (carne).

Além da dedicação ter diminuído e consequentemente a produção para autoconsumo também, não é tão somente a questão de tempo que influencia na decisão de produzir ou não determinados produtos que hoje em dia são comprados. A questão do trabalho, das externalidades e do custo-benefício são levados em consideração, e muitas vezes avalia-se que compensa comprar no mercado. Algumas carnes (principalmente porco), hortaliças, laticínios, farinha, açúcar, dentre outros, são itens que sempre foram produzidos e hoje não são mais, pelo menos pela maioria das famílias. O porco por exemplo é uma criação que apresenta muitas externalidades como cheiro ruim e resíduos. Antes isso não era exatamente um problema, mas o avanço do turismo e as transformações na configuração espacial, aproximou as propriedades e a criação de porco passou a ser, para alguns, um problema.

v. Calendário Alimentar Semanal

O calendário alimentar semanal compôs o quarto e último bloco do roteiro de entrevistas. Com essa ferramenta o intuito foi mapear, no período de uma semana todos os itens alimentícios utilizados por cada família. Com esta informação é possível realizar diferentes análises, a depender dos objetivos. Nesse caso, o objetivo principal é avaliar a proporção existente entre os itens produzidos localmente e os itens comprados nos mercados (especialmente os industrializados). Associado aos dados apresentados acima, é possível ainda saber se essa proporção aumentou ou diminuiu com as mudanças na produção agrícola e o surgimento da pluriatividade.

No entanto, ao aplicar tal ferramenta os entrevistados encontraram dificuldade em pensar na proposta ao mesmo tempo que foi identificada uma lógica na alimentação diária, que não apresenta grandes variações. Desta forma, foi montada uma estrutura da alimentação de cada refeição ao longo da semana. Essa estrutura costuma variar apenas em alguns finais de semana, incluindo principalmente sábado na parte da noite (jantar) e domingo no almoço, quando as famílias em alguns casos variam a alimentação com algum lanche, pizza, macarronada, churrasco, lasanha e etc (tabela 7). Todos ou a grande maioria desses alimentos exclusivos para momentos mais especiais são todos adquiridos fora da propriedade, já comprados prontos ou os itens para confecção.

Para os outros dias da semana, com a alimentação dita normal ou do dia-a-dia, ficou nítido que prioriza-se a utilização do que é produzido na propriedade, comprando apenas o necessário. A questão é que dependendo da produção para autoconsumo de cada família, o que é necessário comprar aumenta ou diminui. Mas o fato é que se comparado a antigamente, mesmo os que mais apresentam uma variação de produtos para consumo próprio em sua propriedade, têm uma dependência muito maior dos mercados do que antigamente.

A base da alimentação nas diferentes refeições realizadas ao longo do dia seguem um padrão que podemos chamar de brasileiro/ sudestino. No café da manhã a maior parte das famílias costumam ter como base o café, leite pão, manteiga, bolo e em alguns casos ovo e algum legume cozido, geralmente inhame, aipim ou batata doce. Basicamente todos os itens hoje são adquiridos nos mercados. Já o almoço tem no arroz e feijão a sua base, complementado por alguma carne, legumes e verduras. Neste caso os itens também são adquiridos nos mercados, mas principalmente os legumes variam de acordo com a disponibilidade na propriedade. Este é um item que geralmente consome-se o de casa e o feijão também ainda é produzido por algumas famílias.

Portanto, foi possível perceber que a estrutura da alimentação, no geral não sofreu grandes transformações ao longo do tempo. Os preparos, os itens e a quantidade de refeições continuam semelhantes aos de antigamente, com exceção de alguns itens e das comidas de final de semana. A grande diferença de antes para hoje em dia está muito mais relacionado a origem do alimento do que a forma de consumir ou o tipo de alimento, ou seja, os itens utilizados são em sua maioria os mesmos que sempre usaram, só que agora a maior parte é adquirida no mercado e não produzida.

Conforme o depoimento da grande maioria dos entrevistados, antes era tudo produzido na propriedade comprando-se apenas o sal e o querosene utilizado na iluminação. Isso reflete de forma muito clara as consequências das transformações para produção para autoconsumo muito mais do que para o hábito alimentar propriamente dito.

A tabela 7 abaixo apresenta na íntegra o resultado da aplicação desta ferramenta, estando os dados separados por família.

Tabela 7 - Calendário Alimentar Semanal.

Família	2a	3a	4a	5a	6a	Sábado	Domingo
Família 1	Café da manhã: Pão, Biscoito, Café, Bolo, Queijo, Leite (longa vida). Almoço e Jantar: Arroz, Feijão, Macarrão, Salada, Legumes (o que tiver da lavoura ou comprado), Carne. Suco industrializado ou natural de limão e laranja.	Café da manhã: Pão, Biscoito, Café, Bolo, Queijo, Leite (longa vida). Almoço e Jantar: Arroz, Feijão, Macarrão, Salada, Legumes (o que tiver da lavoura ou comprado), Carne. Suco industrializado ou natural de limão e laranja.	Café da manhã: Pão, Biscoito, Café, Bolo, Queijo, Leite (longa vida). Almoço e Jantar: Arroz, Feijão, Macarrão, Salada, Legumes (o que tiver da lavoura ou comprado), Carne. Suco industrializado ou natural de limão e laranja.	Café da manhã: Pão, Biscoito, Café, Bolo, Queijo, Leite (longa vida). Almoço e Jantar: Arroz, Feijão, Macarrão, Salada, Legumes (o que tiver da lavoura ou comprado), Carne. Suco industrializado ou natural de limão e laranja.	Café da manhã: Pão, Biscoito, Café, Bolo, Queijo, Leite (longa vida). Almoço e Jantar: Arroz, Feijão, Macarrão, Salada, Legumes (o que tiver da lavoura ou comprado), Carne. Suco industrializado ou natural de limão e laranja.	Café da manhã: Pão, Biscoito, Café, Bolo, Queijo, Leite (longa vida). Almoço e Jantar: Arroz, Feijão, Macarrão, Salada, Legumes (o que tiver da lavoura ou comprado), Carne. Suco industrializado ou natural de limão e laranja.	Café da manhã: Pão, Biscoito, Café, Bolo, Queijo, Leite (longa vida). Almoço e Jantar: Arroz, Feijão, Macarrão, Salada, Legumes (o que tiver da lavoura ou comprado), Carne. Suco industrializado ou natural de limão e laranja.
Família 2	Café da manhã: Pão, Biscoito, Café, Bolo, Queijo, Leite (longa vida). Almoço e Jantar: Arroz, Feijão, Macarrão, Salada, Legumes (o que tiver da lavoura ou comprado), Carne. Suco industrializado ou natural de limão e laranja.	Café da manhã: Pão, Biscoito, Café, Bolo, Queijo, Leite (longa vida). Almoço e Jantar: Arroz, Feijão, Macarrão, Salada, Legumes (o que tiver da lavoura ou comprado), Carne. Suco industrializado ou natural de limão e laranja.	Café da manhã: Pão, Biscoito, Café, Bolo, Queijo, Leite (longa vida). Almoço e Jantar: Arroz, Feijão, Macarrão, Salada, Legumes (o que tiver da lavoura ou comprado), Carne. Suco industrializado ou natural de limão e laranja.	Café da manhã: Pão, Biscoito, Café, Bolo, Queijo, Leite (longa vida). Almoço e Jantar: Arroz, Feijão, Macarrão, Salada, Legumes (o que tiver da lavoura ou comprado), Carne. Suco industrializado ou natural de limão e laranja.	Café da manhã: Pão, Biscoito, Café, Bolo, Queijo, Leite (longa vida). Almoço e Jantar: Arroz, Feijão, Macarrão, Salada, Legumes (o que tiver da lavoura ou comprado), Carne. Suco industrializado ou natural de limão e laranja.	Café da manhã: Pão, Biscoito, Café, Bolo, Queijo, Leite (longa vida). Almoço e Jantar: Arroz, Feijão, Macarrão, Salada, Legumes (o que tiver da lavoura ou comprado), Carne. Suco industrializado ou natural de limão e laranja.	Café da manhã: Pão, Biscoito, Café, Bolo, Queijo, Leite (longa vida). Almoço e Jantar: Arroz, Feijão, Macarrão, Salada, Legumes (o que tiver da lavoura ou comprado), Carne. Suco industrializado ou natural de limão e laranja.

Família 3	Café da manhã: Café, Leite, Bolo (feito em casa), pão, queijo, batata doce, ovo. Almoço e Jantar: Arroz, Feijão, Aipim, Inhame, Couve-Flor, Carne de Boi.	Café da manhã: Café, Leite, Bolo (feito em casa), pão, queijo, batata doce, ovo. Almoço e Jantar: Arroz, Feijão, Aipim, Inhame, Couve-Flor, Carne de Boi.	Café da manhã: Café, Leite, Bolo (feito em casa), pão, queijo, batata doce, ovo. Almoço e Jantar: Arroz, Feijão, Aipim, Inhame, Couve-Flor, Carne de Boi.	Café da manhã: Café, Leite, Bolo (feito em casa), pão, queijo, batata doce, ovo. Almoço e Jantar: Arroz, Feijão, Aipim, Inhame, Couve-Flor, Carne de Boi.	Café da manhã: Café, Leite, Bolo (feito em casa), pão, queijo, batata doce, ovo. Almoço e Jantar: Arroz, Feijão, Aipim, Inhame, Couve-Flor, Carne de Boi.	Café da manhã: Café, Leite, Bolo (feito em casa), pão, queijo, batata doce, ovo. Almoço e Jantar: Arroz, Feijão, Aipim, Inhame, Couve-Flor, Carne de Boi.	Café da manhã: Café, Leite, Bolo (feito em casa), pão, queijo, batata doce, ovo. Almoço e Jantar: Churrasco, Macarronada, Frango Assado.
Família 4	Café da manhã: Café, Pão, Queijo, Mortadela, Aipim, Batata Doce, Banana da Terra. Almoço e Jantar: Feijão, Carne, Salada, Legumes. Suco natural. (Prioriza sempre o que tem plantado)	Café da manhã: Café, Pão, Queijo, Mortadela, Aipim, Batata Doce, Banana da Terra. Almoço e Jantar: Feijão, Carne, Salada, Legumes. Suco natural. (Prioriza sempre o que tem plantado)	Café da manhã: Café, Pão, Queijo, Mortadela, Aipim, Batata Doce, Banana da Terra. Almoço e Jantar: Feijão, Carne, Salada, Legumes. Suco natural. (Prioriza sempre o que tem plantado)	Café da manhã: Café, Pão, Queijo, Mortadela, Aipim, Batata Doce, Banana da Terra. Almoço e Jantar: Feijão, Carne, Salada, Legumes. Suco natural. (Prioriza sempre o que tem plantado)	Café da manhã: Café, Pão, Queijo, Mortadela, Aipim, Batata Doce, Banana da Terra. Almoço e Jantar: Feijão, Carne, Salada, Legumes. Suco natural. (Prioriza sempre o que tem plantado)	Café da manhã: Café, Pão, Queijo, Mortadela, Aipim, Batata Doce, Banana da Terra. Almoço e Jantar: Feijão, Carne, Salada, Legumes. Suco de caixa as vezes. (Prioriza sempre o que tem plantado)	Café da manhã: Café, Pão, Queijo, Mortadela, Aipim, Batata Doce, Banana da Terra. Almoço e Jantar: Feijão, Carne, Salada, Legumes. Suco de caixa as vezes. (Prioriza sempre o que tem plantado)

Família 13	<p>Café da manhã: Café, Pão, Leite, Biscoito, Bolacha, Queijo, Mortadela, Bolo.</p> <p>Almoço e Jantar: Arroz, Feijão, Macarrão, Salada, Legumes (o que tiver da lavoura ou comprado), Carne. Suco natural e artifical.</p>	<p>Café da manhã: Café, Pão, Leite, Biscoito, Bolacha, Queijo, Mortadela, Bolo.</p> <p>Almoço e Jantar: Arroz, Feijão, Macarrão, Salada, Legumes (o que tiver da lavoura ou comprado), Carne. Suco natural e artifical.</p>	<p>Café da manhã: Café, Pão, Leite, Biscoito, Bolacha, Queijo, Mortadela, Bolo.</p> <p>Almoço e Jantar: Arroz, Feijão, Macarrão, Salada, Legumes (o que tiver da lavoura ou comprado), Carne. Suco natural e artifical.</p>	<p>Café da manhã: Café, Pão, Leite, Biscoito, Bolacha, Queijo, Mortadela, Bolo.</p> <p>Almoço e Jantar: Arroz, Feijão, Macarrão, Salada, Legumes (o que tiver da lavoura ou comprado), Carne. Suco natural e artifical.</p>	<p>Café da manhã: Café, Pão, Leite, Biscoito, Bolacha, Queijo, Mortadela, Bolo.</p> <p>Almoço e Jantar: Arroz, Feijão, Macarrão, Salada, Legumes (o que tiver da lavoura ou comprado), Carne. Suco natural e artifical.</p>	<p>Café da manhã: Café, Pão, Leite, Queijo, Presunto, Bolo, Biscoito Maisena, Suco Integral.</p> <p>Almoço e Jantar: Pizza, Churrasco, Macarronada, Lanche. Arroz, Feijão/ Lentilha, Carne, Salada, Legumes, Ovo.</p>
Família 14	<p>Café da manhã: Café, Pão, Queijo, Mortadela, Aipim, Batata Doce, Banana da Terra.</p> <p>Almoço e Jantar: Feijão, Carne, Salada, Legumes. Suco natural. (Prioriza sempre o que tem plantado)</p>	<p>Café da manhã: Café, Pão, Queijo, Mortadela, Aipim, Batata Doce, Banana da Terra.</p> <p>Almoço e Jantar: Feijão, Carne, Salada, Legumes. Suco natural. (Prioriza sempre o que tem plantado)</p>	<p>Café da manhã: Café, Pão, Queijo, Mortadela, Aipim, Batata Doce, Banana da Terra.</p> <p>Almoço e Jantar: Feijão, Carne, Salada, Legumes. Suco natural. (Prioriza sempre o que tem plantado)</p>	<p>Café da manhã: Café, Pão, Queijo, Mortadela, Aipim, Batata Doce, Banana da Terra.</p> <p>Almoço e Jantar: Feijão, Carne, Salada, Legumes. Suco natural. (Prioriza sempre o que tem plantado)</p>	<p>Café da manhã: Café, Pão, Queijo, Mortadela, Aipim, Batata Doce, Banana da Terra.</p> <p>Almoço e Jantar: Feijão, Carne, Salada, Legumes. Suco natural. (Prioriza sempre o que tem plantado)</p>	<p>Café da manhã: Café, Pão, Queijo, Mortadela, Aipim, Batata Doce, Banana da Terra.</p> <p>Almoço e Jantar: Feijão, Carne, Salada, Legumes. Suco de caixa as vezes. (Prioriza sempre o que tem plantado)</p>

CONCLUSÃO

Com base nos resultados apresentados no capítulo anterior, foi possível alcançar algumas conclusões relacionadas ao objetivo dessa pesquisa, qual seja a influência das transformações ocorridas no rural de São Pedro da Serra no hábito alimentar das famílias desse distrito originalmente agrícola. Tais conclusões, serão apresentadas segundo a mesma estrutura que os resultados foram apresentados, ou seja, as conclusões relacionadas as transformações do mundo rural, ao fenômeno da pluriatividade, e a produção para autoconsumo.

Transformações do mundo rural

Em relação as transformações que ocorreram no meio rural de São Pedro da Serra nos últimos quarenta anos, fica evidente a partir do depoimento dos agricultores entrevistados, que nesse período muitas coisas mudaram em relação a dinâmica local e o modo de vida dos agricultores. Tanto pelos fatores ligados diretamente a atividade agrícola quanto pelos fatores impostos pelo desenvolvimento da atividade turística.

No que diz respeito a atividade agrícola, não somente a revolução verde com todo seu pacote tecnológico e as mudanças provocadas pela nova forma de produzir, baseado no uso de defensivos químicos, na especialização da produção e na produção voltada prioritariamente para o mercado, mas também e no olhar dos agricultores entrevistados a partir da criação da Área de Proteção Ambiental Macaé de Cima, que impôs uma série de leis que alteraram a forma tradicional de produzir, além de, segundo os agricultores, ser uma espécie de trava para atividade da agricultura familiar, a partir do momento que junto com as leis e regras, vem as sancções e multas aplicadas pelo órgão ambiental responsável pela Unidade de Conservação. É fato que esta realidade “desanimou” muitos agricultores que começaram a ver a atividade agrícola como um desafio perante essa realidade e foi mencionado insistentemente por todos os agricultores entrevistados.

As transformações ocorridas na mobilidade, que acabam por aproximar a área rural da urbana no município, com a melhoria do acesso e a maior oferta de transportes, tanto aproxima essas famílias de mercados e produtos antes pouco acessíveis, quanto aproxima também de outras possibilidades de estudo e de empregos. Também as transformações ocorridas no uso econômico do espaço rural contribuíram para essas mudanças no modo de vida e consequentemente na forma de se alimentar. Portanto, na região específica deste estudo, o

desenvolvimento da atividade industrial, bem como da atividade turística são fatores fundamentais nesse contexto.

Sendo assim, o desenvolvimento do turismo na região contribui fortemente para mudanças em dinâmicas que acabam refletindo em mudanças também na alimentação. Como apresentado ao longo dessa pesquisa, a região de São Pedro da Serra vem passando por um processo intenso do crescimento turístico. Nesse sentido, a questão relacionada ao trabalho talvez seja a transformação mais evidente a medida que novas opções de atividade remunerada começam a surgir, ao mesmo tempo que a dedicação à produção agrícola em alguns casos começa a diminuir. Isso ocorre não só pela dedicação de membros da família a atividades não agrícolas, mas também pela perda de espaço de plantio devido a venda de terras para construção de casas e condomínios de veraneio.

Portanto, ao mesmo tempo que tais transformações trazem facilidade e contribuem para melhor a qualidade de vida dos agricultores por um lado, por outro, alguns fatores acabaram por dificultar a vida na atividade agrícola.

Pluriatividade

Todas essas transformações que ocorreram e ainda vem ocorrendo, fizeram surgir dentre os agricultores de São Pedro da Serra, o fenômeno da pluriatividade. Esse fenômeno, impulsionado por uma série de fatores, surge também como alternativa ao enfraquecimento da agricultura familiar e a mudança na configuração produtiva e de trabalho nas pequenas e médias propriedades. Associado também ao surgimento e crescimento da atividade turística e imobiliária (por consequência), a pluriatividade trouxe reflexos importantes para a produção para consumo próprio. A diminuição da importância deste tipo de produção, interfere diretamente e de forma decisiva no hábito alimentar de famílias agrícolas da área de estudo, seja em mudanças ou em permanências.

A mudança no cotidiano das famílias de São Pedro da Serra, que antes se dedicavam exclusivamente a propriedade, tendo na atividade agrícola a única atividade econômica da família e hoje divide essa dedicação com outras atividades não agrícolas, inseriu esses agricultores em um modo de vida muito próximo de como vivem os moradores de cidades. Ficou claro nas entrevistas, que a necessidade de praticidade acompanha essas mudanças, diminuindo substancialmente a possibilidade de dedicação à produção para autoconsumo.

Associado a este fato, o aumento da renda monetária aumentou a circulação de moeda entre as famílias, possibilitando o acesso aos mercados que foram ficando também muito mais acessíveis fisicamente e com cada vez mais variedades de produtos à disposição.

Para além dos jovens que buscam outras oportunidade fora do distrito, com o aumento da atividade turística muitas vagas de emprego passaram a ser disponibilizadas para os moradores de São Pedro da Serra. As dificuldades mencionadas pelos entrevistados em relação a agricultura familiar continuar produzindo é fundamental nesse contexto pois ele gera a necessidade de se buscar outras fontes de renda fora da propriedade. Desta forma, muitos membros das famílias buscam trabalho especialmente a partir do crescimento proporcionado pelo crescimento turístico, em diferentes áreas. Os principais trabalhos não agrícolas exercidos pelos membros de famílias agrícolas em São Pedro da Serra são os de serviços gerais (faxineira, arrumadeira, etc) e jardinagem em casas de veraneio e na indústria hoteleira; e construção civil devido ao mercado imobiliário bastante crescente na região.

Desta forma, a dedicação de alguns membros da família a outras atividades geradoras de renda aumenta a circulação de dinheiro, que associado a quantidade de mercados nas proximidades da propriedade, faz com que boa parte dos itens alimentícios sejam comprados. Então, se por um lado essas atividades tiram um trabalhador do campo, diminuindo a capacidade produtiva da propriedade (seja para venda ou autoconsumo), por outro a renda monetária tende a ser maior, possibilitando o acesso a produtos adquiridos nos mercados, industrializados ou não.

Naturalmente, diante da gama quase infinita de opções nas prateleiras, as famílias inserem itens que facilitam a vida no dia-a-dia, bem como respeitam, mesmo que artificialmente (troca do suco natural pelo de pó, por exemplo), seus hábitos relacionados a alimentação, mantendo uma base alimentar semelhante à de antes, com a diferença de se comprar ao invés de se produzir.

Autoconsumo

Provavelmente, ao mesmo tempo que a pluriatividade é uma das principais razões para menor dedicação à produção para autoconsumo, a menor dedicação à produção para autoconsumo tem influência direta nas mudanças no hábito alimentar das famílias. Porém, não apenas a pluriatividade afeta a produção para autoconsumo.

Portanto, os impactos causados pelas transformações ocorridas no campo levaram também a uma rigorosa mudança no modo de vida das famílias agrícolas. Um dos pontos mais impactados foi exatamente a produção para autoconsumo, tendo como um dos motores o aumento da incidência do fenômeno da pluriatividade. A menor dedicação a uma produção que busca primeiramente a alimentação da família, tem relação direta com as mudanças que vem ocorrendo no hábito alimentar das famílias agrícolas de São Pedro da Serra. Esta prática além de ser impactada pelo “avanço” tecnológico da atividade agrícola a partir do uso intensivo de agrotóxicos, também é impactada por outros fatores, dentre eles e não dissociado do primeiro, refere-se ao fenômeno da pluriatividade e as mudanças nas dinâmicas sociais do campo, especificamente na área de estudo. A dedicação a atividades não agrícolas de pelo menos parte da família, diminui consideravelmente a quantidade de mão de obra disponível na propriedade, diminuindo muitas vezes a dedicação a esta produção de subsistência, já que muitas vezes, também devido ao trabalho não agrícola, a renda monetária aumenta, possibilitando o acesso a produtos comprados no mercado.

Antes, como quase todos afirmaram, se produzia de tudo. O que era comprado era a minoria, enquanto hoje compra-se tudo que for possível. Por outro lado, é perceptível que as famílias mantêm uma lógica alimentar, com itens já tradicionais da dieta, e que hoje compra-se o que antes produzia-se.

O aipim e o inhame por exemplo são espécies que mesmo com diversas mudanças, continuam de maneira substancial na mesa dos agricultores entrevistados. Esses são exemplos que surgiram nas entrevistas e que ilustram bem a questão das permanências, que as vezes se mostra completa no sentido do consumo de determinado item ser feito da mesma forma que “antigamente” e as vezes se adaptada à nova realidade. Sobre as mudanças, muitas estão atreladas a comodidade da vida moderna, onde produtos industrializados substituem produtos naturais que na maioria das vezes era produzido dentro da propriedade, mesmo que fosse somente para o autoconsumo. A bebida é um bom exemplo de mudanças no hábito, quando frequentemente é trocado o suco da fruta do quintal, por um refrigerante ou um suco artificial. Essas mudanças muitas vezes são atribuídas à praticidade e à falta de tempo devido as atividades não agrícolas exercida por alguns membros da família, mas também a uma menor dedicação à produção para autoconsumo, sendo uma coisa atrelada a outra, como vimos.

Diante dessa realidade, é comum que a alimentação das famílias seja baseada em itens produzidos na propriedade (muito menos que antigamente) misturados a itens comprados no

mercado, industrializados ou não. Essa mescla é atribuída a praticidade e a falta de tempo, sendo assim, hoje muitos itens são adquiridos a partir da compra e inclui comidas preparadas ou pré preparadas, massas, bebidas artificiais, biscoitos e bolachas, dentre outros e dentre suas inúmeras variações.

Todo este processo de transformações em várias dinâmicas da vida rural em São Pedro da Serra nos últimos quarenta anos, sem dúvida vem trazendo reflexos para a forma que essas famílias se alimentam. Tais reflexos não se traduzem apenas em mudanças, mas também em permanências, quando determinados hábitos se matem mesmo em meio a tantas transformações.

Desta forma e buscando responder aos objetivos desta pesquisa, concluo que houve grandes mudanças na alimentação das famílias agrícolas entrevistadas mas estas provavelmente estão muito mais relacionadas a forma de aquisição do alimento do que aos hábitos propriamente ditos. Isso porque a rotina e estrutura da alimentação pouco variou, ao contrário da forma que se adquiriu os itens alimentícios, especialmente se for feita uma comparação de hoje em dia com a realidade de aproximadamente quarenta anos atrás. A produção para autoconsumo foi profundamente afetada por todas as transformações ocorridas nas últimas décadas, especialmente pelas mudanças na forma de produzir e pelo fenômeno da pluriatividade. Desta forma, as famílias que antes produziam praticamente tudo que consumiam, hoje em dia compram nos mercados a maior parte do que consome na alimentação. Por outro lado, a estrutura da alimentação, conforme demonstrado pelo Calendário Alimentar Semanal, permanece muito semelhante à de antigamente, apresentando sua maior mudança em relação ao passado, ligada ao que se come nos finais de semana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, R. Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. 2000. p. 1–37, 2000.
- ALENTEJANO, PAULO ROBERTOR. A EVOLUÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO FLUMINENSE. 2005.
- AZEVEDO, E. Alimentação, sociedade e cultura: temas contemporâneos. **Sociologias**, v. 19, n. 44, p. 276–307, 2017.
- BALEM, T. A.; SILVEIRA, P. R. **A erosão cultural alimentar: processo de insegurança alimentar na agricultura familiar** Congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia Rural. [s.l: s.n.].
- CARNEIRO, M. J. Pluriatividade no campo: o caso francês. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 11, n. 32, p. 89–105, 1996.
- CARNEIRO, M. J. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura**, p. 53–75, 1998.
- CARNEIRO, M. J. Pluriatividade da agricultura no Brasil: uma reflexão crítica. **A diversidade da agricultura familiar**, p. 33–45, 2006.
- CARNEIRO, M. J. De produtor a consumidor: mudanças sociais e hábitos alimentares. In: **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil**. São Paulo: [s.n.]. p. 151–172.
- CARNEIRO, M. J.; PALM, J. L. **Agricultura familiar : produção , venda e consumo**. Nova Friburgo - RJ: [s.n.].
- CARNEIRO, M. J.; PALM, J. L. Modos de vida de agricultores familiares de montanha: um estudo de caso em São Pedro da Serra - Nova Friburgo - RJ. **Iluminuras**, v. 17, n. 41, p. 180–202, 2016.
- CARNEIRO, M. J.; ROCHA, B. N. Limites e possibilidade da construção de “territórios de desenvolvimento” na Região Serrana do Rio de Janeiro. **Política & Sociedade**, v. 8, n. 14, p. 251–276, 2009.
- GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. A produção da autonomia : os “ papéis ” do autoconsumo na reprodução social dos agricultores familiares. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 15, n. 1, p. 89–122, 2007.
- GRISA, C. Para além da alimentação: papéis e significados da produção para autoconsumo na Agricultura Familiar. **Revista Extensão Rural**, n. 14, p. 5–36, 2007.
- GRISA, C.; GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. A “produção invisível” na agricultura familiar: autoconsumo, segurança alimentar e políticas públicas de desenvolvimento rural. **Agroalimentaria**, v.

16, n. 31, p. 65–79, 2010.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. A produção “pro gasto”: um estudo comparativo do autoconsumo no Rio Grande do Sul. **Desenvolvimento Rural - Faculdade de Ciências Econômicas**, v. Mestre em, p. 200p, 2007.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. “Plantar pro gasto”: a importância do autoconsumo entre famílias de agricultores do Rio Grande do Sul. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 46, n. 2, p. 481–515, 2008.

LIMA, R. DE S.; FERREIRA NETO, J. A.; FARIA, R. DE C. P. Dinâmicas alimentares na relação rural-urbano: o caminho entre o tradicional e o moderno. In: PRADO, S. et al. (Eds.). . **Estudos socioculturais em alimentação e saúde: saberes em rede**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2016. p. 59–80.

MALUF, R. S. Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil : agregação de valor , cadeias integradas e circuitos regionais. **Ensaio FEE**, v. 25, n. 1, p. 299–322, 2004.

MALUF, R. S.; ZIMMERMANN, S. A. Antigos e novos hábitos na alimentação de famílias agrícolas de Chapecó e região. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 28, n. 1, p. 48–77, 2020.

MARAFON, Glaucio José; RIBEIRO, Miguel A. Agricultura familiar, pluriatividade e turismo rural: reflexões a partir do território fluminense. **Revista Rio de Janeiro**, v. 3, n. 18-19, p. 111-130, 2006.

MATTEI, L. A relevância da família como unidade de análise nos estudos sobre pluriatividade. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 45, n. 4, p. 1055–1073, 2007.

MATTEI, L. Pluriatividade no Contexto da Ruralidade Contemporânea: Evolução Histórica dos Debates sobre o Tema. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 39, n. 3, p. 411–422, 2008.

MENASCHE, R. Introdução – Alimentação e cultura como abordagem para o estudo do rural. In: MENASCHE, R. (Ed.). . **Saberes e sabores da colônia: alimentação e cultura como abordagem para o estudo do rural**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2015. p. 7–14.

MENASCHE, R.; MARQUES, F. C.; ZANETTI, C. Autoconsumo e segurança alimentar: A agricultura familiar a partir dos saberes e práticas da alimentação. **Revista de Nutrição**, v. 21, n. SUPPL., p. 145–158, 2008.

MOREIRA, J. R. Cultura, política e o mundo rural na contemporaneidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 20, p. 113–143, 2003.

NATAL, C. B. O turismo rural na região serrana Fluminense: um estudo de caso–São Pedro da Serra. In: **Anais do X Encontro de Geográficos da América Latina**. [s.l: s.n.]. p. 10069–10088.

NEVES, L. A. Nova Friburgo: um perfil histórico-geográfico. **Geo UERJ**, n. 7, p. 77–88, 2000.

OLIVEIRA, Luiz Antônio de; CAVIGNAC, Julie Antoinette. História e etnografia nativas da alimentação no Brasil: notas biográficas a respeito de um antropólogo provinciano. 2010.

PEREIRA, R. R. Agricultura familiar na região serrana fluminense – RJ: problemática ambiental e pluriatividade: estudo de caso do distrito de São Pedro da Serra – Nova Friburgo. **Semina: Ciências Sociais e Humanas**, v. 29, n. 1, p. 51–60, 2008.

PLOEG, J. D. VAN DER. **Camponeses e Impérios Alimentares**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2008.

PLOEG, J. D. VAN DER. Dez qualidades da agricultura familiar. **Agriculturas: experiências em agroecologia - Cadernos para debate**, v. 0, n. 1, p. 7–14, 2014.

PONGRATZ, H. J. CULTURAL TRADITION AND SOCIAL CHANGE IN AGRICULTURE. **Sociologia Ruralis**, v. 4, n. 3, p. 5–17, 1990.

POULAIN, J.-P.; PROENÇA, R. P. DA C. Reflexões metodológicas para o estudo das práticas alimentares. **Revista de Nutrição**, v. 16, n. 4, p. 365–386, 2003a.

POULAIN, J. P.; PROENÇA, R. P. DA C. O espaço social alimentar: Um instrumento para o estudo dos modelos alimentares. **Revista de Nutrição**, v. 16, n. 3, p. 245–256, 2003b.

RUA, J. A Resignificação Do Rural E As Relações Cidade-Campo: Uma Contribuição Geográfica. **Revista da Anpege**, v. 02, n. 02, p. 45–65, 2005.

SALAMI, A. M. **Hábitos Alimentares de Agricultores Familiares Assentados de Aberlado Luz - SC**. [s.l.] UFSC, 2009.

SCHNEIDER, S. As transformações recentes da agricultura familiar no Rio Grande do Sul: o caso da agricultura em tempo parcial. **Ensaios FEE**, v. 16, n. 1, p. 104–129, 1995.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003a.

SCHNEIDER, S. Teoria Social , Agricultura Familiar e Pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 51, p. 99–121, 2003b.

SILVA, J. F. G. DA. O novo rural brasileiro. **Nova Economia**, v. 7, n. 1, p. 43–81, 1997.

SIMONCINI, João Batista Villas Boas; TANAGINO, Pedro Ivo Dias; LIMA, Elisa Ladeira. As contribuições de Josué de Castro para a compreensão da questão alimentar no Brasil. **ANALECTA-Centro Universitário Academia**, v. 6, n. 3, 2021.

TEIXEIRA, Vanessa Lopes. **Instituto de Economia**. 2009. Tese de Doutorado. UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS.

WANDERLEY, M. DE N. B. O mundo rural brasileiro : acesso a bens e serviços e integração campo-

cidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, p. 60–85, 2009.